



Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda



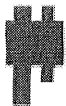
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO ANUAL  
DE  
AUDITORIA  
EM

31 de dezembro de 2016

---

CÂMARA MUNICIPAL DE  
MOGADOURO



## RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA EXTERNA

Ex.<sup>mos</sup> Membros da Assembleia Municipal do Município de Mogadouro

Ex.<sup>mo</sup> Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro

Ex.<sup>mos</sup> Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Mogadouro

Ex.<sup>mos</sup> Senhores

### Introdução

1. O presente relatório é emitido nos termos da alínea e), do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro e subsidiariamente pelos deveres de acompanhamento, vigilância e fiscalização previstos no Código das Sociedades Comerciais e ainda dos deveres previstos no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas constante da Lei n.º 140/2015 de 7 de Setembro.

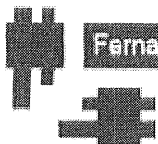
### Âmbito

2. Procedemos à revisão legal desse Município e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efetuado emitimos a respetiva certificação legal das contas, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.

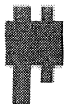
### Trabalhos Efectuados

De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:

- Acompanhamento dos aspectos essenciais da gestão do Município, tendo para o efeito solicitado e obtido os esclarecimentos considerados necessários com o responsável pela contabilidade da Câmara Municipal, com quem fizemos reuniões periódicas para analisar o desempenho e determinados procedimentos relacionados com o controlo interno e com a evolução das operações.
- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pelo Município tendo, neste particular, sido feitos testes à valorização dos diferentes elementos do activo. Verificámos ainda a sua adequada divulgação, ou não, no Anexo.



- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, o respectivo Anexo, a Demonstração de Fluxos de Caixa e seu anexo e a Demonstração de Resultados por Funções, com as normas constantes no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e demais normas contabilísticas aplicáveis.
  - Verificação da execução orçamental de acordo com o orçamento e plano aprovados e tendo em atenção as alterações e revisões orçamentais efectuadas.
  - Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
  - Análise do sistema de controlo interno existente no Município, com especial incidência nas áreas de aquisições de bens e serviços, recepção de compras, aquisições e abates de imobilizado, contas a pagar, cauções e garantias prestadas por terceiros, vendas e prestações de serviços (cobrança de taxas e licenças), expedição e contas a receber, contas de custos com o pessoal tendo sido efectuados os testes de conformidade apropriados.
  - Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efectuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados nas circunstâncias em função da materialidade dos valores envolvidos.
  - Tratamentos de todos os dados do Imobilizado extraídos da aplicação POCAL e Património, para efectuar a respetiva consonância de registos entre as duas aplicações.
- 2.1 Analisamos e realizamos testes aos saldos bancários apresentados pelo Município;
- 2.2 Confirmação directa e por escrito junto de terceiros (bancos, fornecedores, outros devedores e credores, contencioso, seguradoras) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pelo Município, tendo sido utilizados procedimentos alternativos nos casos em que não foi possível obter resposta;
- 2.3 Teste as operações de inventariação física das existências;
- 2.4 Inspeção documental dos principais elementos do imobilizado corpóreo, designadamente das aquisições efectuadas no decurso do exercício, confirmação directa da titularidade dos bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais;
- 2.5 Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, deferimento e acréscimo;
- 2.6 Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de activos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;



- 2.7 Verificação das situações relacionadas com o cumprimento da legalidade e da entrega das retenções de impostos e contribuições às Entidades competentes;
- 2.8 Apreciação da política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo a actualização dos capitais seguros;
- 2.9 Verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, nomeadamente, em matéria de empreitadas e fornecimentos de bens e serviços.
- 2.10 Verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, à assunção da despesa.

### **Informações/Anotações da auditoria e revisão das contas**

3. Em consequência do trabalho efetuado, e para além dos aspectos referidos na certificação legal das contas, entendemos dever relatar o seguinte:

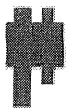
#### **3.1 Sistema de controlo interno**

Das verificações a que procedemos relativas ao levantamento do sistema de controlo interno anotamos as seguintes situações:

- a) Nos procedimentos de reconciliação bancária detetámos a existência de itens em conciliação pendentes há mais de um ano. Tal facto, apesar desses itens serem de reduzido valor, deverá merecer uma atenção especial, já que nada justifica que se mantenha por um período tão dilatado de tempo a realização de um qualquer recebimento ou pagamento suportado adequadamente para o efeito;
- b) Nos ativos produzidos, construídos ou valorizados por Administração Direta (executados com meios do Município) somente são afectados à sua valorização os consumos de materiais não lhe sendo imputados os consumos de mão-de-obra, equipamentos e outros gastos gerais que são suportados. Tal facto traduz-se numa subavaliação desses ativos e numa idêntica subvalorização do resultado do exercício. Enquanto não for implementada a contabilidade analítica torna-se difícil calcular, com fiabilidade, os custos suportados com a realização da obra e o seu reconhecimento como “Trabalhos para a Própria Entidade”;
- c) As dívidas de “clientes, contribuintes e utentes”, na parte em que a cobrança se tem revelado de maior dificuldade, pese embora se encontrarem provisionadas de acordo com os termos previstos no POCAL, deverão merecer a maior atenção sobre a diligência na sua cobrança, porquanto a Lei 23/96, de 26/07 – *Lei dos Serviços Públicos Essenciais*, estabelece como prazo de

caducidade para a liquidação das dívidas, apenas, 6 (seis) meses. Tal situação permite invocar ao devedor o direito à caducidade. Por tal facto deverá o Município enviar uma carta a solicitar o pagamento, mesmo que o atrasado seja pago em regime prestacional, de modo a fazer-se ressarcir desse ativo (direito) e criar para o futuro mecanismos de controlo que lhe permitam assegurar a cobrança dessas dívidas.

- d) Os bens arrendados a terceiros, nomeadamente habitações sociais, bar das piscinas, bar do centro de camionagem, bar da casa de artes, quiosque, cozinha regional, entre outros, continuam registados como imobilizado corpóreo, quando, de acordo com a normalização contabilística aplicável (POCAL), o reconhecimento desses activos deverá ser relevado em “investimentos financeiros- investimentos em imóveis” (conta 41.4), assim como os encargos suportados com esses imóveis deverão ser considerados custos financeiros;
- e) No que concerne ao controlo do imobilizado registamos o facto da Secção do Património não proceder à verificação física periódica dos bens do activo imobilizado, de modo a controlar a permanência de bens do activo imobilizado em poder do Município. Com efeito, o imobilizado é uma área com grande significado e implica a existência de medidas de controlo interno específicas, que garantam a fiabilidade dos valores constantes nas contas do Município e a integridade dos bens registados e que são propriedade do Município;
- f) A gestão de imobilizado, designadamente, no que se refere aos seus custos de manutenção, requer um sistema de informação sujeito a permanente actualização e, ainda, complementado com um controlo físico efetuado por amostragem ao longo do exercício;
- g) De acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Inventário e Cadastro todos os bens deveriam estar etiquetados, o que não se verifica na sua totalidade;
- h) As “folhas de carga” (controlo de bens do património imobilizado) não estão de acordo com o conteúdo de cada compartimento, ou seja, não são atualizadas com as alterações eventualmente ocorridas (aquisição, alienação ou substituição de bens);
- i) Anotamos, também, o facto de, não obstante o ponto 2.8.3 do POCAL estabelecer a obrigatoriedade de implementar o sistema de contabilidade analítica, o mesmo ainda não se encontra aplicado, o que inviabiliza o apuramento dos custos pelo seu destino e um controlo de gestão de custos para a determinação e fixação das taxas com mais rigor;
- j) A especialização dos exercícios (imputação de custos e proveitos) só está a ser feita no final de cada ano económico, que, no caso, corresponde ao ano civil, e, apenas, para os seguros,



remunerações a liquidar e subsídios para investimento. Todavia, há insuficiências nos procedimentos de especialização dos custos e proveitos (registos intempestivos em relação aos anos em que ocorrem), apesar de serem imateriais relativamente à materialidade definida para os erros e omissões;

- k) Da análise documental efectuada, foram detetados custos/proveitos referentes ao exercício anterior registados como se fossem do próprio exercício. De notar que, o reconhecimento de custos ou proveitos referentes a exercícios anteriores, deverá ser relevado nas contas 69.7 ou 79.7 – Correções relativas a exercícios anteriores (se de baixa expressão material) e as correções dos valores considerados de materialidade significativa não deverão afectar o resultado do exercício e, por conseguinte, serão de registar na rubrica 59 – Resultados Transitados;
- l) Com referência à área dos stocks/existências encontra-se implementada a aplicação informática do armazém (gestão de stocks), não nos sendo, no entanto, possível obter qualquer tipo de evidência sobre o controlo das entradas e saídas de armazém. Acontece que, em muitos casos, os materiais ainda que requisitados pelo armazém são transferidos diretamente para a obra pelo fornecedor. Nessas situações os bens adquiridos dão entrada e saída em simultâneo na aplicação informática, tornando-se difícil o seu controlo, nomeadamente no caso de haver sobras. Verificámos, ainda, a existência de artigos que não constam da aplicação de gestão de existências;
- m) Ainda, em relação às existências, não se está a proceder à inventariação física com uma periodicidade regular a todos os bens, a qual deveria ser feita através de conferências parciais. Tal situação contribui para fragilizar os mecanismos de controlo das quantidades em stock, ao contrário do que estabelece o manual de procedimentos que aponta para a necessidade de um controlo permanente e sistemático entre os registos informáticos e as existências em armazém;
- n) Da análise documental efectuada, detetámos algumas faturas onde foram verificados incumprimentos na realização dos procedimentos de despesa.

### **3.2. Definição da Materialidade**

O nosso trabalho foi planeado com base na perceção de um risco de controlo médio, ponderadas todas as componentes do controlo interno e a sua influência no risco de controlo global. Tendo por base os valores descritos no quadro seguinte, os quais foram retirados das demonstrações financeiras de 2015 e do FEF para 2016, definimos a materialidade global em € 407.915 e a materialidade de execução de acordo

com o peso específico de cada rúbrica, ponderado pela percepção de risco de controlo e inerente em relação a cada uma das rúbricas, o que nos permitiu apurar um valor médio de € 305.936, com um desvio padrão de € 50.000.

|  | 31-12-2015 |
|--|------------|
| Total do Activo Líquido  | 85 690 610 |
| Fundos Próprios  | 56 302 183 |
| Volume de Negócios   | 1 002 747  |
| Receita Cobrada Bruta  | 17 166 974 |
| Total de Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF - Mapa XIX OE 2016) | 8 489 695  |

### **3.3 Notas sobre os trabalhos efetuados e respectivas conclusões**

#### **1 – Disponibilidades**

##### **11 – Caixa**

Em relação à tesouraria foi feita a inspeção física e contagem dos valores em cofre e foram feitos testes de verificação dos saldos das folhas do caixa, não tendo sido detetada qualquer divergência entre os valores inscritos nos registos e os valores em cofre que, de resto, validámos através de procedimentos analíticos feitos à data a que nos foi possível efetuar esses testes.

Esta rubrica apresenta, a 31 de Dezembro, um saldo no valor de € 1.907,21.

##### **12 – Depósitos em Instituições Financeiras**

O Município prepara reconciliações bancárias para todas as contas de Depósitos em Instituições Financeiras. O saldo global desta rubrica ascende, a 31 de dezembro de 2016, a € 3.041.726,69.

Procedemos à circularização de todas as Instituições Bancárias com quem o Município tem operações activas. Das 5 entidades circularizadas (C.G.D, Millennium BCP, Novo Banco, Crédito Agrícola de Mogadouro e Vimioso e BIC.) apenas obtivemos resposta de 4 entidades (Caixa Geral de Depósitos, Novo Banco, Crédito Agrícola e BIC).

O trabalho desenvolvido consistiu em testes de conformidade aos procedimentos e testes de verificação substantiva aos itens das reconciliações bancárias preparadas pelo Município, o que nos permitiu concluir que as 9 contas bancárias estão adequadamente conciliadas. Em síntese, temos:



| Ind. | Conta de Razão N.º | Conta Bancária N.º | Banco Dependência | Saldo Extracto Banco | Items de Reconciliação                 |                     |                             |                              |                                 |                                  | Diferença | Saldo pelo Razão em 31-12-16 |
|------|--------------------|--------------------|-------------------|----------------------|--|---------------------|-----------------------------|------------------------------|---------------------------------|----------------------------------|-----------|------------------------------|
|      |                    |                    |                   |                      | Empresa                                |                     |                             | Banco                        |                                 |                                  |           |                              |
|      |                    |                    |                   |                      | Depósitos e transferências em trânsito | Cheques em trânsito | Débito não lançado no Banco | Crédito não lançado no Banco | Débito não lançado na Contabil. | Crédito não lançado na Contabil. |           |                              |
| 1    | 1211               | 00000408630        | CGD               | 1 782 194,38 €       |  |                     |                             | 389 392,41 €                 | 298,20 €                        | 177,40 €                         | 0,00 €    | 1 392 922,77 €               |
| 2    | 1212               | 00001049330        | CGD               | 369 405,81 €         |  | 5 224,23 €          |                             |                              |                                 |                                  | 0,00 €    | 364 181,58 €                 |
| 3    | 1216               | 18225130           | CGD               | 107 910,42 €         |  |                     |                             |                              |                                 |                                  | 0,00 €    | 107 910,42 €                 |
| 4    | 1219               | 00002016230        | CGD               | 257 987,05 €         |  |                     |                             |                              | 329,75 €                        |                                  | 0,00 €    | 258 316,80 €                 |
| 5    | 1221               | 09480222267        | BCP               | 42 775,96 €          |  |                     |                             |                              | 24,32 €                         |                                  | 0,00 €    | 42 800,28 €                  |
| 6    | 1224               | 09480249181        | BCP               | 41 422,14 €          |  |                     |                             |                              | 73,80 €                         | 120,11 €                         | 0,00 €    | 41 375,83 €                  |
| 7    | 1231               | 00040660604        | NB                | 36 519,91 €          | 200 000,00 €                           |                     |                             |                              |                                 |                                  | 0,00 €    | 236 519,91 €                 |
| 8    | 1241               | 40117313684        | CCAM              | 276 416,03 €         |  | 2 441,78 €          |                             |                              |                                 |                                  | 0,00 €    | 273 974,25 €                 |
| 9    | 1251               | 15698210101        | BIC               | 351 082,16 €         |  | 27 357,31 €         |                             |                              |                                 |                                  | 0,00 €    | 323 724,85 €                 |
|      |                    |                    |                   | 3 265 713,86 €       | 200 000,00 €                           | 35 023,32 €         | 0,00 €                      | 389 392,41 €                 | 726,07 €                        | 297,51 €                         | 0,00 €    | 3 041 726,69 €               |

Do teste de seguimento aos itens de reconciliação bancária verificámos a existência de dois itens pendentes de reconciliação com antiguidade superior a seis meses, nomeadamente, o montante de € 246,09 da CGD 408630 e € 63,62 do BCP 49181.

Da análise efectuada à resposta obtida da Caixa Geral de Depósitos, verificámos a existência de depósitos obrigatórios (cauções) (€ 16.570,20), depósitos a prazo (€ 2.761,65) e obrigações (€ 15.513,64).

Relativamente aos depósitos obrigatórios/cauções apurou-se que se trata de garantias prestadas pelos fornecedores (Índice ICT & Management, Lda., Inertil – Sociedade Produtora Inertes, Lda. e Floresta Bem Cuidada, Lda.) em conta própria a favor do Município (operações de tesouraria).

## 2 – Terceiros

### 21 – Clientes

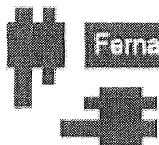
Não obstante os clientes apresentarem um saldo com alguma materialidade o facto de serem, fundamentalmente, sujeitos individuais impossibilitou-nos de procedermos ao teste de circularização de saldos para a obtenção da evidência sobre o saldo em dívida.

No entanto, efectuámos os procedimentos analíticos às contas correntes dos principais devedores de modo a obtermos um grau de segurança aceitável sobre os valores constantes na informação financeira relatada.

No que respeita a rubrica “217 – Clientes e utentes c/cauções” realizámos testes substantivos à libertação de cauções e à entrega de cauções. A 31 de Dezembro, esta rubrica apresenta um saldo credor de € 11.816,93.

De notar que a rubrica “21.8 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa” apresenta um saldo no valor de € 33.254,78, cujas dívidas são referentes a água e taxas referentes a painéis publicitários. Deste saldo, e de acordo com o POCAL, encontram-se provisionados € 23.092,68. No entanto,





chamamos atenção para o facto do reforço da provisão ter sido efectuada pela conta 692 – Dívidas incobráveis em vez da conta 671 – Provisões do exercício para cobranças duvidosas.

O valor da rubrica “21 – Clientes, contribuintes e utentes” ascende a € 179.424,93, dos quais, apenas, € 87.829,99 são referentes ao processamento de água do mês de dezembro.

## 22 - Fornecedores

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de fornecedores seleccionámos 11 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos. Nessa conformidade, foram enviadas cartas circulares a solicitar a cada uma dessas entidades credoras que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade.

Dessas 11 entidades, não obstante terem sido feitas várias insistências para que nos fosse respondida a nossa carta e enviada a conta corrente, responderam 6. Dessas 11 entidades validámos a conferência de 2, conciliamos 4 e não obtivemos resposta de 5.

Em suma, com relação à rubrica global de fornecedores obtivemos a evidência considerada necessária nas circunstâncias para podermos ter um nível de segurança razoável sobre o valor constante nos registos e que nos permite validar as asserções mensuração e plenitude.

Quadro das entidades circularizadas

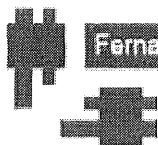
| Nº Conta | Terceiro | Nome  | Saldo Circ.  | Resposta      | Diferença    | C. | Situação      |
|----------|----------|---|--------------|---------------|--------------|----|---------------|
| 22.1.001 | 3        | ANTONIO AUGUSTO SANTOS LDA                        | 0,00 €       | -95 815,20 €  | 95 815,20 €  | 2  | CONCILIADO    |
| 22.1.001 | 162      | LABORATORIO REGIONAL DE TRAS-OS-MONTES            | -3 693,40 €  | 0,00 €        |              | 5  | NÃO RESPONDEU |
| 22.1.001 | 815      | FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A            | -2 034,00 €  | 0,00 €        |              | 5  | NÃO RESPONDEU |
| 22.1.001 | 1825     | ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DO DOURO SUPERIOR        | 0,00 €       | 0,00 €        | 0,00 €       | 1  | CONFERE       |
| 22.1.001 | 3163     | PAULO DANIEL LOPES CARVALHO                       | 0,00 €       | 0,00 €        |              | 5  | NÃO RESPONDEU |
| 22.1.001 | 3821     | DOUROGAS PROPANO - COMP. COMERC. DE PROPANO, S.A. | -14 424,07 € | -4 412,77 €   | -10 011,30 € | 2  | CONCILIADO    |
| 22.1.001 | 4401     | PETROGAL, SA                                      | -7 094,72 €  | 0,00 €        |              | 5  | NÃO RESPONDEU |
| 22.1.001 | 4666     | EDP-COMERCIAL                                     | -953,43 €    | -200 247,96 € | 199 294,53 € | 2  | CONCILIADO    |
| 22.1.001 | 6082     | ANTONIO JOSE MARTINS                              | -4 984,09 €  | 0,00 €        |              | 5  | NÃO RESPONDEU |
| 22.1.001 | 6157     | DEOLINDA VIRGINIA PEREIRA MORAIS                  | -1 468,20 €  | -1 468,20 €   | 0,00 €       | 1  | CONFERE       |
| 22.8.002 | 1896     | GUALDIM ANCIÃES AMADO & FILHOS, LDA               | 0,00 €       | -0,01 €       | 0,01 €       | 2  | CONCILIADO    |

## 23 - Empréstimos obtidos

Em relação aos empréstimos obtidos verificámos que houve uma diminuição do saldo em dívida que passou de € 3.611.432,67, em 31 Dezembro de 2015, para € 2.906.762,98, em 31 de Dezembro de 2016.

Procedemos à circularização de saldos das Instituições de Crédito com as quais o Município tem financiamentos em curso (C.G.D e Crédito Agrícola) e apenas obtivemos resposta da CGD. De acordo com os registos contabilísticos confirmámos a existência de treze linhas de crédito.

Verificámos a concordância dos registos contabilísticos através da execução de testes de conformidade (classificação dos documentos) e de verificação substantiva (extensão dos saldos), o que nos



permitiu concluir que todas as linhas de crédito têm a situação regularizada, ou seja, o cumprimento tempestivo das obrigações de liquidação do serviço da dívida (amortizações de capital e juros).

No quadro seguinte apresenta-se o resultado do teste de verificação dos empréstimos em curso:

| Descrição         | Banco | Conta     | Saldo em 31-12-2016   | Resposta Banco        | Difª.         |
|-------------------|-------|-----------|-----------------------|-----------------------|---------------|
| CGD-9140013236791 | CGD   | 231211101 | 234 524,18 €          | 234 524,18 €          | 0,00 €        |
| CGD-9015004649891 | CGD   | 231211102 | 421 425,54 €          | 421 425,54 €          | 0,00 €        |
| CGD-9015004947091 | CGD   | 231211103 | 511 786,05 €          | 511 786,05 €          | 0,00 €        |
| CCAM-59039840562  | CCAM  | 231211401 | 111 999,83 €          | 111 999,83 €          | 0,00 €        |
| CCAM-59061285996  | CCAM  | 231211402 | 757 769,50 €          | 757 769,50 €          | 0,00 €        |
| CGD-9015002158491 | CGD   | 231212101 | 56 559,65 €           | 56 559,65 €           | 0,00 €        |
| CGD-9015002160691 | CGD   | 231212102 | 28 857,25 €           | 28 857,25 €           | 0,00 €        |
| CGD-9015002159291 | CGD   | 231212103 | 14 339,05 €           | 14 339,05 €           | 0,00 €        |
| CGD-9015002162291 | CGD   | 231212104 | 29 361,15 €           | 29 361,15 €           | 0,00 €        |
| CGD-9015002163091 | CGD   | 231212105 | 71 498,28 €           | 71 498,28 €           | 0,00 €        |
| CGD-9015004247691 | CGD   | 231212106 | 624 443,93 €          | 624 443,93 €          | 0,00 €        |
| CCAM-59036254663  | CCAM  | 231212401 | 25 972,09 €           | 25 972,09 €           | 0,00 €        |
| CCAM-59046025417  | CCAM  | 231212402 | 18 226,48 €           | 18 226,48 €           | 0,00 €        |
| <b>Total</b>      |       |           | <b>2 906 762,98 €</b> | <b>2 906 762,98 €</b> | <b>0,00 €</b> |

A diminuição dos empréstimos bancários tem contribuído para uma maior margem face ao limite da dívida total do município, que, de acordo com os dados fornecidos pela DGAL, se situa, para o exercício de 2016, em € 16.160.862,00.

De acordo com o mapa enviado pelo Município para a DGAL, através do portal Autárquico SIAL (Sistema de Informação Integrado de Autarquias Locais), o Município apresenta uma margem disponível por utilizar de € 3.127.963, já que apenas pode aumentar a sua dívida orçamental (em 2017) em 20% da margem disponível.

#### 24 - Estado

Esta rubrica inclui as relações financeiras do Município com o Estado e Segurança Social, nomeadamente, no que concerne à retenção de impostos e às contribuições resultantes do pagamento de remunerações (Seg. Social, ADSE e C.G.A.).

Em relação às rubricas referentes à conta 24 – Estado e Outros Entes Públicos não detetámos nenhuma divergência entre o valor registado na contabilidade e o valor das guias que serviram de pagamento aos diferentes tributos. As contribuições e impostos retidos têm sido pagos, pontualmente, dentro do prazo previsto na lei.

Relativamente à contribuição da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, chamamos atenção para o facto do registo das contribuições a cargo da entidade ser efetuado aquando do pagamento, ou seja, a 31 de dezembro, tais valores não se encontram relevados na conta 245 – XXXX, o que se verifica apenas em janeiro de 2017. Estimamos que as contribuições a cargo da Entidade referente à Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações do mês de dezembro sejam de € 7.008,00 e € 26.787,20,

respetivamente, de onde decorre uma subvalorização do passivo e uma sobrevalorização do resultado, nesses valores.

Relativamente ao IVA, anotamos o facto de não existir evidência sobre a medição dos autoconsumos de água com uma periodicidade regular. O Município liquidou, trimestralmente, IVA dos autoconsumos de água com base na percentagem apurada pela Autoridade Tributária no exercício anterior. Somos da opinião que, anualmente, essa percentagem aplicada na liquidação do IVA referente aos autoconsumos de água no final de cada exercício tem de ser recalculada, tendo em vista a definição de uma taxa definitiva determinada pelos autoconsumos efectivos desse ano, de modo a evitar distorções significativas na tributação.

## **25 – Devedores e Credores pela Execução do Orçamento**

Em relação à conta 25 – Devedores e credores pela execução do orçamento, procedemos à verificação documental, baseada numa amostra considerada significativa, a processos de despesa, ou seja, o nosso trabalho incidiu na verificação da rubrica 25.2 – Credores pela execução do orçamento. O trabalho realizado nesta área baseou-se, essencialmente, na verificação da classificação económica, patrimonial e de todo o processo que acompanha a realização da despesa, nomeadamente, no que se refere à sua autorização, compromisso e ao seu cabimento.

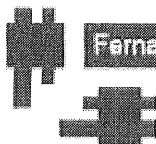
Da análise documental efectuada verificámos existirem algumas faturas com data anterior ao cabimento e compromisso, nomeadamente custos no valor global de € 42.918,01, ou seja, houve incumprimento no que concerne às fases dos procedimentos da despesa.

## **26 - Outros devedores e credores**

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de entidades credoras, inscritas na rubrica geral de “outros devedores e credores”, seleccionámos 21 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos.

Nessa conformidade foram enviadas cartas acompanhadas da conta corrente emitida a partir dos livros e registos e foi pedido a cada uma dessas entidades credoras que nos respondesse a confirmar o saldo e enviasse a respectiva conta corrente.

Dessas 21 entidades, não obstante terem sido feitas várias insistências para que nos fosse respondida a nossa carta e enviada a conta corrente, responderam 3 o que, utilizando procedimentos analíticos e procedimentos alternativos de auditoria nos permitiu formar opinião sobre a razoabilidade do saldo global da conta de outros credores. Destas 21 entidades conferem 2, conciliámos 1 e não responderam 18.



## Quadro das entidades circularizadas

| Nº Conta   | Terceiro | Nome   | Saldo Circ.   | Resposta      | Diferença   | C. | Situação      |
|------------|----------|--|---------------|---------------|-------------|----|---------------|
| 26.1.3.1   | 20       | ELECTRO INSTALADORA MOGADOURENSE                         | -6 884,37 €   | 0,00 €        |             | 5  | NÃO RESPONDEU |
| 26.1.3.1   | 28       | INERTIL - SOC. PRODUTORA DE INERTES, LDA.                | -124 679,13 € | 0,00 €        |             | 5  | NÃO RESPONDEU |
| 26.1.3.1   | 29       | JAIME NOGUEIRA & FILHOS, LDA.                            | -20 413,20 €  | 0,00 €        |             | 5  | NÃO RESPONDEU |
| 26.1.3.1   | 95       | CISDOURO - CONSTRUÇÕES E OBRAS PÚBLICAS, S.A.            | -18 503,92 €  | 0,00 €        |             | 5  | NÃO RESPONDEU |
| 26.1.3.1   | 375      | SILVA & PRETO, LDA.                                      | -6 232,76 €   | -26 859,31 €  | 20 626,55 € | 2  | CONCILIADO    |
| 26.1.3.1   | 607      | SERRALHARIA MECANICA MOGAEUROPA, LDA.                    | -8 491,09 €   | 0,00 €        |             | 5  | NÃO RESPONDEU |
| 26.1.3.1   | 611      | CONSTRUÇÕES JOAQUIM BATISTA FERREIRA, LDA.               | -11 159,89 €  | 0,00 €        |             | 5  | NÃO RESPONDEU |
| 26.1.3.1   | 664      | MANUEL JOAQUIM CALDEIRA, LDA.                            | -29 931,61 €  | 0,00 €        |             | 5  | NÃO RESPONDEU |
| 26.1.3.1   | 1671     | RODRIGUES CARDOSO E SOUSA, LDA.                          | -7 578,23 €   | 0,00 €        |             | 5  | NÃO RESPONDEU |
| 26.1.3.1   | 1721     | FCC ENVIRONMENT PORTUGAL, S.A.                           | -6 144,00 €   | 0,00 €        |             | 5  | NÃO RESPONDEU |
| 26.1.3.1   | 1762     | CONSTRUÇÕES TENIZ ALVES, LDA.                            | -12 040,08 €  | 0,00 €        |             | 5  | NÃO RESPONDEU |
| 26.1.3.1   | 2508     | ARNALDO AMADOR & FILHOS, LDA.                            | -14 870,10 €  | 0,00 €        |             | 5  | NÃO RESPONDEU |
| 26.1.3.1   | 3878     | JOSE ANTONIO PATRAO, LDA.                                | -14 164,96 €  | 0,00 €        |             | 5  | NÃO RESPONDEU |
| 26.1.3.1   | 3993     | LUCIOS DA SILVA AZEVEDO & FILHOS, LDA.                   | -12 556,13 €  | 0,00 €        |             | 5  | NÃO RESPONDEU |
| 26.1.3.1   | 4011     | FRA NCISCO MBRINHOS, CONSTRUÇÕES, LDA.                   | -17 285,76 €  | 0,00 €        |             | 5  | NÃO RESPONDEU |
| 26.1.3.1   | 5397     | NORCEP - CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS, LDA.             | -37 730,88 €  | -37 730,88 €  | 0,00 €      | 1  | CONFERE       |
| 26.1.3.1   | 5557     | PAULO CALDEIRA - EMPREITADAS, LDA.                       | -7 492,80 €   | 0,00 €        |             | 5  | NÃO RESPONDEU |
| 26.8.1.2.6 | 0        | FUNDO DE APOIO MUNICIPAL                                 | -497 656,98 € | -497 656,98 € | 0,00 €      | 1  | CONFERE       |
| 26.8.2.3   | 4653     | INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, IP | 0,00 €        | 0,00 €        |             | 5  | NÃO RESPONDEU |
| 26.8.2.3   | 5272     | AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESAO, IP              | 0,00 €        | 0,00 €        |             | 5  | NÃO RESPONDEU |
| 26.8.9.9   | 0        | OUTROS CREDORES DIVERSOS                                 | -7 454,01 €   | 0,00 €        |             | 5  | NÃO RESPONDEU |

## 27 - Acréscimos e Diferimentos

Em relação a esta rubrica, analisámos todos os procedimentos de especialização de custos e proveitos, nomeadamente as suas estimativas e respectiva consistência.

| Rubrica | Descrição                    | 31-12-2015     | 31-12-2016     | Desvio €   | Desvio % |
|---------|------------------------------|----------------|----------------|------------|----------|
| 27      | ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS    | -24 681 193,73 | -23 842 587,85 | 838 605,88 | -3,40%   |
| 272     | Custos diferidos             | 48 363,78      | 56 628,49      | 8 264,71   | 17,09%   |
| 273     | Acréscimos de custo          | -337 713,58    | -328 324,31    | 9 389,27   | -2,78%   |
| 274     | Proveitos diferidos          | -24 391 843,93 | -23 570 892,03 | 820 951,90 | -3,37%   |
| 2745    | Subsídios para investimentos | -24 391 843,93 | -23 570 892,03 | 820 951,90 | -3,37%   |

## Acréscimos de Proveitos

Esta rubrica não apresenta qualquer saldo. Não tem sido prática do Município a especialização dos impostos a receber da Autoridade Tributária e das rendas. Os valores recebidos referentes a impostos municipais e rendas são reconhecidos como proveitos no momento do recebimento. No entanto, apesar de não ter havido diferenças materialmente relevantes nos anos precedentes recomenda-se que seja feita a especialização destes rendimentos de acordo com a normalização contabilística aplicável.

Em relação aos impostos a receber da Autoridade Tributária, concluímos que os valores referentes a dezembro de 2015 foram registados em 2016 (€ 19.698,28) e os valores de dezembro de 2016 (€ 40.952,35) registados em 2017, como evidencia o quadro abaixo:

| Impostos a receber no ano seguinte, respeitantes ao ano | 2016        | 2015        |
|---|-------------|-------------|
| IUC   | 10 459,02 € | 9 993,59 €  |
| IMT   | 21 213,38 € | 6 402,25 €  |
| Derrama   | - €         | - €         |
| IMI   | 9 279,95 €  | 3 302,44 €  |
| Impostos Abolidos                                       | - €         | - €         |
|   | 40 952,35 € | 19 698,28 € |

Em relação às rendas de concessão, verificámos que os valores de 2015 foram registados em 2016 (€ 195.406,51) e os valores de 2016 (€ 66.306,03) registados em 2017, como evidencia o quadro abaixo:

| Descrição   | 2016               | 2015                |
|---|--------------------|---------------------|
| Renda de Concessão da EDP Distribuição 4.º Trimestre N-1  | - €                | 124 514,60 €        |
| Comparticipação da Elienergia Lda. referente produção de energia eólica do Parque da Castanheira 2.º semestre N-1 | 9 989,18 €         | 14 573,06 €         |
| Renda da EDP Gestão de Produção de Energia referente aos Centros Electroprodutores referente ao ano N             | 56 316,85 €        | 56 316,85 €         |
|   | <b>66 306,03 €</b> | <b>195 404,51 €</b> |

### **Custos Diferidos**

O saldo desta rubrica diz respeito aos prémios de seguros em que o período de cobertura vai para lá do fim do exercício de 2016.

### **Acréscimos de Custos**

Esta rubrica evidencia os custos a imputar ao próprio exercício e cuja despesa só ocorre em 2016, ainda que não tenham documentação vinculativa. O Município considerou nesta rubrica as remunerações e respectivos encargos sociais devidas por motivo de férias e subsídio de férias a liquidar (€ 328.324,31).

Verificámos, ainda, que não é política do Município o reconhecimento dos juros a liquidar referente aos financiamentos obtidos que estimamos em € 477,80.

Chamamos atenção para o facto de o Município não cumprir com o princípio da especialização dos exercícios, à excepção das remunerações a liquidar e respetivos encargos. Dos testes realizados, apurámos faturas datadas de 2015 registadas em 2016 (€ 130.324,76), bem como, faturas datadas de 2016 registadas em 2017 (€ 156.304,16). Tal facto, não se reflete de forma materialmente relevante na expressão do resultado do exercício, uma vez que os montantes em causa são equivalentes de um ano para o outro. Recomendamos, no entanto, que se proceda à regularização dos documentos de 2016 registados em 2017 através da rubrica “59 – Resultados transitados” para que os custos sejam reconhecidos no ano a que respeitam, ou seja, cumprir com o princípio da especialização dos exercícios na prestação de contas de 2017.

### **Proveitos Diferidos**

Nesta rubrica encontram-se reflectidos os saldos dos subsídios de investimento correspondentes a investimentos em activos imobilizados corpóreos e em bens de domínio público no valor de € 23.570.892,03.

## 29 – Provisões

Esta rubrica apresenta um saldo no valor de € 23.092,68 referente a provisões para cobrança duvidosa relativamente aos consumidores de água. Do teste realizado aos saldos expressos na listagem de documentos de receitas colectivas e individuais, verificámos uma divergência no valor de € 4.381,05 face ao valor apurado pelo Município.

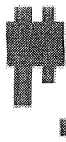
Do teste de circularização efectuado aos advogados, verificámos a existência de diversos processos interpostos contra o Município, como se pode observar no quadro abaixo. Todavia, não foi possível estimar o valor das provisões a constituir referentes a “processos judiciais em curso” pelo facto de, na resposta do advogado “Abreu Advogados”, não se mencionar qual a probabilidade do Município ser condenado. Relativamente ao advogado “Abecasis, Azoia Moura Marques & Associados”, do qual não obtivemos resposta, através das indagações efetuadas foi-nos possível apurar processos interpostos contra o Município.

### 1 - RESPOSTA DA SOCIEDADE: ABREU ADVOGADOS

| Número Processo | Tribunal      | Natureza do Processo   | Juizo   | Início | Fim | Requerente/Autor                      | Requerido/Reu          | Objecto   | Valor Histórico  | Provisão |
|-----------------|---------------|--|---|--------|-----|---------------------------------------|------------------------|---|--|----------|
| 116/13.3BEMDL   | TAF Mirandela | Acção Administrativa Especial de Impugnação de Acto Administrativo | Aguardam os autos posteriormente des envolvidos | 2013   |     | Município de Mogadouro                | MAMAOT                 | Não ligação do sistema municipal de abastecimento de água e saneamento ao sistema multimunicipal. | 30 000,01  | 0,00     |
| 263/13.1BEMDL   |               | Acção Administrativa Comum de Condenação                           | Aguardam os autos posteriormente des envolvidos | 2013   |     | Águas do Norte, S.A. (anterior ATMAD) | Município de Mogadouro | Serviços de saneamento e fornecimento de água.  | 174 254,22   | 0,00     |
| 162/14.0BEMDL   |               | Acção Administrativa Comum de Condenação                           | Aguardam os autos posteriormente des envolvidos | 2014   |     | Águas do Norte, S.A. (anterior ATMAD) | Município de Mogadouro | Serviços de saneamento e fornecimento de água.  | 426 196,40   | 0,00     |
| 18/15.9BEMDL    |               | Acção Administrativa Comum de Condenação                           | Aguardam os autos posteriormente des envolvidos | 2015   |     | Águas do Norte, S.A. (anterior ATMAD) | Município de Mogadouro | Prestação de serviços de saneamento e fornecimento.   | 688 744,32   | 0,00     |
| 366/15.8BEMDL   |               | Acção Administrativa Comum de Condenação                           | Aguardam os autos posteriormente des envolvidos | 2015   |     | Águas do Norte, S.A. (anterior ATMAD) | Município de Mogadouro | Prestação de serviços de saneamento e fornecimento.   | 11 394,90  | 0,00     |
| 433/15.8BEMDL   |               | Acção Administrativa Comum de Condenação                           | Aguardam os autos posteriormente des envolvidos | 2015   |     | Águas do Norte, S.A.                  | Município de Mogadouro | Prestação de serviços de saneamento e fornecimento.   | 835 799,88   | 0,00     |
| CO/000276/13    |               | Processo Contra-Ordenação Inspeção                                 | Aguardam os autos posteriormente des envolvidos | 2013   |     | IGAMAOT                               | Município de Mogadouro | Contra-ordenação ambiental.   | Negligência € 12.000 a € 72.000; Dolo € 36.000 a 216.000           | 0,00     |
| CO/000276/15    |               | Processo Contra-Ordenação Inspeção                                 | Aguardam os autos posteriormente des envolvidos | 2015   |     | IGAMAOT                               | Município de Mogadouro | Contra-ordenação ambiental.   | Negligência € 12.000 a € 72.000; Dolo € 36.000 a 216.000; diversas | 0,00     |

### 2 - INDAGAÇÕES EFETUADAS

| Número Processo | Tribunal      | Natureza do Processo          | Juizo                                      | Início    | Fim | Requerente/Autor  | Requerido/Reu          | Objecto  | Valor Histórico | Provisão |
|-----------------|---------------|-------------------------------|--|-----------|-----|---|------------------------|--|-----------------|----------|
| 113/14.1BEMDL   | TAF Mirandela | Acção Administrativa Comum    | Aguardam-se os ultiores termos do processo | 28/fev/14 |     | Eduardo Manuel Afonso Aragão                                | Município de Mogadouro | Danos patrimoniais.  | 7 750,00        | 0,00     |
| 383/13.2BEMDL   | TAF Mirandela | Acção Administrativa Especial | Aguardam-se os ultiores termos do processo | 30/set/13 |     | Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local | Município de Mogadouro | Anulação das propostas do Presidente da Câmara Municipal.                                    | 15 000,00       | 0,00     |
| 597/15.0BEMDL   | TAF Mirandela | Acção Administrativa Comum    | Aguardam-se os ultiores termos do processo | 30/nov/15 |     | Henrique Miguel Marcos Moura                                | Município de Mogadouro | Indemnização por afogamento de cadela de caça.   | 414,00          | 0,00     |
| 219/14.7BEMDL A | TAF Mirandela | Execução de Sentença          | Aguardam-se os ultiores termos do processo | 03/jun/15 |     | Jaime Nogueira & Filhos, Lda.                               | Município de Mogadouro | Anulação de concurso, contrato de adjudicação, sanção pecuniária compulsória e indemnização. | 360 940,81      | 0,00     |



### 3 - Inventário/Existências

Dos testes realizados verificámos a existência de guias de movimento de entrega, de modo a registar e controlar os consumos dos armazéns que se destinam às obras, sendo que este controlo é apenas manual e, portanto, não é sujeito ao controlo pela aplicação do aprovisionamento. No entanto, a não relevação das obras em curso realizadas por administração directa traduz-se numa subvalorização do activo e do capital próprio do Município.

Relativamente a esta rubrica verificámos ainda os seguintes aspetos:

- Não existe um manual de inventário;
- Relativamente aos materiais (cimento, areia, tijolos, etc), verificamos que vai directamente do fornecedor para as obras de administração directa, sem que haja um controlo rigoroso;
- Verificamos a existência de determinados artigos com elevadas quantidades mas com reduzida rotação de stock;
- Nem todos os artigos se encontram devidamente acondicionados e etiquetados;
- Verificamos a existência de artigos que não constam da aplicação de gestão de existências;
- Relativamente ao material eléctrico somos da opinião que deveria ser criado um espaço físico independente do restante material.

Em suma, enfatizamos a necessidade de todas as compras serem realizadas através do armazém com as respectivas informações das diversas divisões.

A 31 de dezembro de 2016 a rubrica “36 – Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo” possui um saldo de € 191.188,11.

### 4 – Imobilizado

#### 41- Investimentos Financeiros

Esta rubrica apresenta, a 31 de dezembro de 2016, um saldo no valor global de € 703.209,96.

Durante o exercício de 2016, esta rubrica não apresentou qualquer variação face ao exercício anterior.

Investimentos Financeiros  
Resumo do movimento Anual

| N.º  | Conta do Razão<br>Descrição                 | Saldo Razão<br>em 31-12-2015 | Movimentos |        |              | Saldo Razão<br>em 31-12-2016 |
|------|---|------------------------------|------------|--------|--------------|------------------------------|
|      |   |                              | Aumentos   | Abates | Transferênc. |                              |
| 411  | <b>Partes de Capital</b>                    | 6 490,98 €                   | 0,00 €     | 0,00 € | 0,00 €       | 6 490,98 €                   |
| 4111 | Associações de Municípios                   | 0,00 €                       | 0,00 €     | 0,00 € | 0,00 €       | 0,00 €                       |
| 4112 | Empresas Municipais e Intermunicipais       | 0,00 €                       | 0,00 €     | 0,00 € | 0,00 €       | 0,00 €                       |
|      | - (...)                                     | 0,00 €                       | 0,00 €     | 0,00 € | 0,00 €       | 0,00 €                       |
| 4113 | Empresas Privadas ou Cooperativas           | 6 490,98 €                   | 0,00 €     | 0,00 € | 0,00 €       | 6 490,98 €                   |
|      | - Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.           | 2 750,00 €                   | 0,00 €     | 0,00 € | 0,00 €       | 2 750,00 €                   |
|      | - Laboratório Regional de Trás-os-Montes    | 3 740,98 €                   | 0,00 €     | 0,00 € | 0,00 €       | 3 740,98 €                   |
| 412  | <b>Obrigações e títulos de participação</b> | 696 718,98 €                 | 0,00 €     | 0,00 € | 0,00 €       | 696 718,98 €                 |
|      | - Fundo de Apoio Municipal                  | 696 718,98 €                 | 0,00 €     | 0,00 € | 0,00 €       | 696 718,98 €                 |
| 414  | <b>Investimentos em imóveis</b>             | 0,00 €                       | 0,00 €     | 0,00 € | 0,00 €       | 0,00 €                       |
| 415  | <b>Outras aplicações financeiras</b>        | 0,00 €                       | 0,00 €     | 0,00 € | 0,00 €       | 0,00 €                       |
|      |   | 703 209,96 €                 | 0,00 €     | 0,00 € | 0,00 €       | 703 209,96 €                 |

Segundo as demonstrações financeiras, as partes de capital correspondem às participações detidas nas entidades Resíduos do Nordeste EIM, S.A. (€ 2.750,00) e Laboratório Regional de Trás-os-Montes Lda. (€ 3.740,98).

Relativamente à participação na entidade “Resíduos do Nordeste EIM, S.A.”, verificámos que a certidão permanente, obtida anteriormente, não menciona as entidades que detêm o capital. Todavia, da análise aos estatutos verificámos que o capital social se encontra subscrito e realizado por Associações, nomeadamente, pela Associação de Municípios do Douro Superior, correspondente a 22% e não pelos Municípios, o que nos impede de formar opinião sobre a razoabilidade deste registo.

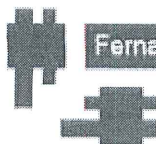
Da análise à nota “8.2.16 – Identificação das entidades participadas” do anexo ao balanço e demonstração dos resultados, verificámos a existência de diversas participações que não constam reconhecidas nas contas do Município.

#### 42- Imobilizado Corpóreo

Em relação ao imobilizado corpóreo verificámos as aquisições com valores mais expressivos, através do documento de suporte, assim como as transferências/correcções de imobilizado.

Dos documentos analisados não foram detetadas distorções materialmente relevantes, ou seja, damos como cumprida a asserção da mensuração.



**Imobilizado Corpóreo**  
**Resumo do movimento Anual**

| Conta do Razão |                              | Saldo Razão<br>em 31-12-2015 | Movimentos     |             |                          | Saldo Razão<br>em 31-12-2016 |
|----------------|------------------------------|------------------------------|----------------|-------------|--------------------------|------------------------------|
| N.º            | Descrição                    |                              | Aumentos       | Alienações  | Transferênc. e<br>Abates |                              |
| 421            | Terrenos e Recursos Naturais | 6 551 567,58 €               | 7 624,00 €     | 0,00 €      | 0,00 €                   | 6 559 191,58 €               |
| 422            | Edifícios e O.Construções    | 54 527 770,65 €              | 1 098 333,78 € | 0,00 €      | -44 446,06 €             | 55 581 658,37 €              |
| 423            | Equipamento Básico           | 11 646 698,89 €              | 57 518,35 €    | 0,00 €      | -149 045,21 €            | 11 555 172,03 €              |
| 424            | Equipamento de Transporte    | 1 469 014,92 €               | 56 506,50 €    | 11 500,00 € | 0,00 €                   | 1 514 021,42 €               |
| 425            | Ferramentas e Utensílios     | 1 034 727,62 €               | 19 048,36 €    | 0,00 €      | -1 815,56 €              | 1 051 960,42 €               |
| 426            | Equipamento Administrativo   | 1 477 604,53 €               | 113 209,29 €   | 24 395,00 € | -5 794,67 €              | 1 560 624,15 €               |
| 427            | Taras e Vasilhames           | 0,00 €                       | 0,00 €         | 0,00 €      | 0,00 €                   | 0,00 €                       |
| 429            | Outras Imob. Corpóreas       | 1 527 930,61 €               | 211 809,36 €   | 0,00 €      | -6 965,41 €              | 1 732 774,56 €               |
|                |                              | 78 235 314,80 €              | 1 564 049,64 € | 35 895,00 € | -208 066,91 €            | 79 555 402,53 €              |

**43- Imobilizado Incorpóreo**

Esta rubrica apresenta, a 31 de dezembro de 2016, um acréscimo no valor global de € 121.602,33 referente, essencialmente, a desenvolvimento de software para o Centro de Interpretação do Mundo Rural.

**Imobilizado Incorpóreo**  
**Resumo do movimento Anual**

| Conta do Razão |  | Saldo Razão<br>em 31-12-2015 | Movimentos   |        |              | Saldo Razão<br>em 31-12-2016 |
|----------------|--|------------------------------|--------------|--------|--------------|------------------------------|
| N.º            | Descrição                                |                              | Aumentos     | Abates | Transferênc. |                              |
| 431            | Despesas de instalação                   | 0,00 €                       | 0,00 €       | 0,00 € | 0,00 €       | 0,00 €                       |
| 432            | Despesas de invest. e desenv.            | 395 305,32 €                 | 6 457,50 €   | 0,00 € | 0,00 €       | 401 762,82 €                 |
| 433            | Propriedade industrial e outros direitos | 125,30 €                     | 278,69 €     | 0,00 € | -100,00 €    | 303,99 €                     |
| 434            | Software informático                     | 247 801,70 €                 | 114 866,14 € | 0,00 € | -37 661,01 € | 325 006,83 €                 |
|                |  | 643 232,32 €                 | 121 602,33 € | 0,00 € | -37 761,01 € | 727 073,64 €                 |

**44 - Imobilizado em Curso**

Esta rubrica apresenta, a 31 de dezembro de 2016, um saldo no valor de € 325.006,83.

Os movimentos ocorridos, no decurso do ano de 2016, em “Imobilizado em Curso”, têm por base a realização de obras e a transferência para Imobilizado Corpóreo com base nos autos de receção provisória.

**Imobilizado Em Curso**  
**Resumo do movimento Anual**

| N.º | Conta do Razão<br>Descrição                         | Saldo Razão<br>em 31-12-2015 | Movimentos   |        |               | Saldo Razão<br>em 31-12-2016 |
|-----|---|------------------------------|--------------|--------|---------------|------------------------------|
|     |   |                              | Aumentos     | Abates | Transferênc.  |                              |
| 441 | Imobilizações em Curso de Investimentos Financeiros | 0,00                         | 0,00         | 0,00   | 0,00          | 0,00                         |
| 442 | Imobilizações em Curso de Imobilizações Corpóreas   | 958 413,80                   | 994 125,34   | 0,00   | -1 217 364,71 | 735 174,43                   |
| 443 | Imobilizações em Curso de Imobilizações Incorpóreas | 162 066,00                   | 28 105,50    | 0,00   | -97 477,50    | 92 694,00                    |
| 445 | Imobilizações em Curso de Bens de Domínio Público   | 181 106,01                   | 1 136 852,71 | 0,00   | -902 371,97   | 415 586,75                   |
|     |   | 1 301 585,81                 | 2 159 083,55 | 0,00   | -2 217 214,18 | 1 243 455,18                 |

#### 45 – Bens de Domínio Público

Os aumentos registados na conta “45 – Bens de Domínio Público” derivam da transferência de obras em curso para a respetiva conta de Bens de Domínio Público, de acordo com auto de receção provisória.

**Bens de Domínio Público**  
**Resumo do movimento Anual**

| N.º | Conta do Razão<br>Descrição                        | Saldo Razão<br>em 31-12-2015 | Movimentos   |        |              | Saldo Razão<br>em 31-12-2016 |
|-----|--|------------------------------|--------------|--------|--------------|------------------------------|
|     |  |                              | Aumentos     | Abates | Transferênc. |                              |
| 451 | Terrenos e Recursos Naturais                       | 687 739,30                   | 2 575,80     | 0,00   | 0,00         | 690 315,10                   |
| 452 | Edifícios  | 0,00                         | 0,00         | 0,00   | 0,00         | 0,00                         |
| 453 | Outras Construções e Infra-Estruturas              | 70 764 506,76                | 1 026 672,08 | 0,00   | 0,00         | 71 791 178,84                |
| 455 | Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural | 0,00                         | 0,00         | 0,00   | 0,00         | 0,00                         |
| 459 | Outros Bens de Domínio Público                     | 0,00                         | 0,00         | 0,00   | 0,00         | 0,00                         |
|     |  | 71 452 246,06                | 1 029 247,88 | 0,00   | 0,00         | 72 481 493,94                |

#### Valorimetria adoptada

Confirmámos que a valorimetria adoptada para a generalidade dos activos imobilizados é a do custo de aquisição. Porém, no que se refere aos bens produzidos (construídos) por administração directa, detectámos que o processo de imputação de custos apresenta evidentes insuficiências para efeitos da valorização plena desses activos, na medida em que só é imputado o material destinado à obra, não sendo considerados os custos directos com o pessoal, amortização de máquinas e viaturas propriedade da autarquia, consumíveis e outros gastos gerais relacionados com a obra, ou seja, esses custos não imputados pelo Município são reconhecidos como custo do exercício e não são capitalizados na construção do activo. Concomitantemente, não é relevado qualquer valor na rubrica “Trabalhos para a Própria Entidade”. Daí que tal situação produza uma infra valoração dos activos e, por consequência, uma subvalorização do património líquido e do resultado do exercício.

Por insuficiência documental não nos foi possível efectuar um levantamento das obras realizadas por administração direta de forma a aferir com fiabilidade os custos suportados pelo Município relacionados com cada obra e a essa não imputados, para efeitos da relevação do seu valor contabilístico e patrimonial.

### **Amortizações**

Procedemos à realização do teste às amortizações do exercício realizando o cruzamento dos dados da aplicação POCAL com os da aplicação do Património. Dos testes efetuados não foi detetada nenhuma divergência material. Do teste realizado às taxas de amortização e, conseqüentemente, à amortização do período não verificamos distorções de expressão material relevante.

### **5 - Fundos Próprios**

O quadro seguinte evidencia os movimentos ocorridos, em 2016, nas contas da classe 5 – Fundos Próprios:

| Rubrica | Descrição              | 31-12-2015     | 31-12-2016     | Desvio €     | Desvio % |
|---------|------------------------|----------------|----------------|--------------|----------|
| 5       | FUNDOS PROPRIOS        | -58 939 610,92 | -56 408 096,28 | 2 531 514,64 | -4,30%   |
| 51      | PATRIMÓNIO             | -16 067 419,56 | -16 067 419,56 | 0,00         | 0,00%    |
| 57      | RESERVAS               | -18 719 505,81 | -18 725 679,04 | -6 173,23    | 0,03%    |
| 59      | RESULTADOS TRANSITADOS | -24 152 685,55 | -21 614 997,68 | 2 537 687,87 | -10,51%  |

A rubrica de “51 – Património” manteve-se inalterada desde Dezembro de 2014.

No que respeita à rubrica “575 – Subsídios”, a quase totalidade do aumento registado é referente a verbas recebidas da DGAL no âmbito do contrato de auxílio financeiro, cujo objectivo é a diminuição dos impactos financeiros decorrentes da recuperação de equipamentos públicos danificados no incêndio em Picões, ocorrido entre 8 e 11 de Julho de 2013.

Em 2014, na rubrica “575 – subsídios” foi considerado subsídios da “Loja Interativa de Turismo de Mogadouro” no valor de € 103.196,78 que teve como finalidade, por exemplo, a aquisição de equipamento informático, serviços de publicidade, projecto layout, ou seja, os quais têm natureza de subsídio ao investimento, numa parte e à exploração, na outra. Por conseguinte, o seu reconhecimento não teve em atenção essa divisão devido à dificuldade, por parte dos serviços financeiros do Município, em identificar o montante correspondente à sua finalidade. Neste exercício, verificou-se a transferência do valor de € 6.173,23, correspondente à libertação dos 5% da verba por parte do FEDER.

No que respeita à rubrica “59 – Resultados Transitados”, verificámos a aplicação do resultado líquido do exercício de 2015 e regularização de imobilizado, principalmente amortizações.





## 6 – Custos e proveitos

### 61 – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

#### 1. Conteúdo

| Código das contas | Descrição                                  | Saldo      |            | Desvio €   | Desvio % |
|-------------------|--|------------|------------|------------|----------|
|                   |  | 31-12-2015 | 31-12-2016 |            |          |
| 61                | CUSTOS DAS MERC. VENDIDAS E DAS MATER.     | 518 096,80 | 435 948,51 | -82 148,29 | -15,86%  |
| 616               | Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 518 096,80 | 435 948,51 | -82 148,29 | -15,86%  |
| 6161              | Matérias-primas                            | 96 508,71  | 0,00       | -96 508,71 | -100,00% |
| 6162              | Matérias subsidiárias                      | 7,83       | 0,00       | -7,83      | -100,00% |
| 6165              | Materiais de consumo                       | 387 054,55 | 408 523,50 | 21 468,95  | 5,55%    |
| 6166              | Produtos Químicos                          | 34 525,71  | 27 425,01  | -7 100,70  | -20,57%  |

#### 2. Trabalho Efectuado

Verificámos a decomposição do saldo e procedemos à respectiva revisão analítica.

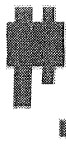
#### 3. Conclusões

Verificámos que, nesta rubrica, é registado o valor das aquisições de materiais a fornecedores destinados às obras que o Município realiza com o pessoal da autarquia (administração directa), sendo que, algumas dessas obras são ativos imobilizados e, conseqüentemente, deveriam estar relevados como tal.

### 62 – Fornecimentos e Serviços Externos

#### 1. Conteúdo

| Código das contas | Descrição                                   | Saldo        |              | Desvio €   | Desvio % |
|-------------------|---|--------------|--------------|------------|----------|
|                   |   | 31-12-2015   | 31-12-2016   |            |          |
| 62                | FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS           | 4 259 985,01 | 4 360 988,75 | 101 003,74 | 2,37%    |
| 621               | Subcontratos                                | 996 798,77   | 970 567,87   | -26 230,90 | -2,63%   |
| 62101             | Transportes escolares                       | 531 674,84   | 530 109,08   | -1 565,76  | -0,29%   |
| 62102             | Espectáculos culturais e recreativos        | 46 164,74    | 53 101,55    | 6 936,81   | 15,03%   |
| 62104             | RESIDUOS SOLIDOS                            | 418 959,19   | 387 357,24   | -31 601,95 | -7,54%   |
| 622               | Fornecimentos e serviços                    | 3 263 186,24 | 3 390 420,88 | 127 234,64 | 3,90%    |
| 62211             | Electricidade                               | 1 081 849,26 | 1 058 373,19 | -23 476,07 | -2,17%   |
| 622121            | Gasóleo                                     | 151 963,78   | 146 074,29   | -5 889,49  | -3,88%   |
| 622122            | Gasolina                                    | 12 361,62    | 8 511,02     | -3 850,60  | -31,15%  |
| 622123            | Outros                                      | 90 800,18    | 112 065,46   | 21 265,28  | 23,42%   |
| 62213             | Água  | 15 202,36    | 13 999,74    | -1 202,62  | -7,91%   |
| 62215             | Ferramentas e utensílios de desgaste rápido | 62,30        | 0,00         | -62,30     | -100,00% |
| 62217             | Material de escritório                      | 853,16       | 228,48       | -624,68    | -73,22%  |
| 62218             | Artigos para oferta                         | 43 934,52    | 37 531,99    | -6 402,53  | -14,57%  |
| 62219             | Rendas e alugueres                          | 78 173,73    | 130 083,54   | 51 909,81  | 66,40%   |
| 62220             | PRÉMIOS EM DINHEIRO                         | 10 490,00    | 10 820,00    | 330,00     | 3,15%    |
| 62221             | Despesas de representação                   | 7 620,22     | 3 470,10     | -4 150,12  | -54,46%  |
| 62222             | Comunicação                                 | 121 815,08   | 116 124,00   | -5 691,08  | -4,67%   |
| 62223             | Seguros                                     | 53 328,45    | 43 575,20    | -9 753,25  | -18,29%  |
| 62225             | Transportes de mercadorias                  | 5 768,48     | 3 995,92     | -1 772,56  | -30,73%  |
| 62226             | Transportes de pessoal                      | 41 355,79    | 71 040,94    | 29 685,15  | 71,78%   |
| 62227             | Deslocações e estadas                       | 4 951,97     | 2 837,00     | -2 114,97  | -42,71%  |
| 62229             | Honorários                                  | 89 075,86    | 71 644,32    | -17 431,54 | -19,57%  |
| 62232             | Conservação e reparação                     | 241 779,51   | 288 453,63   | 46 674,12  | 19,30%   |
| 62233             | Publicidade e propaganda                    | 72 853,91    | 76 266,03    | 3 412,12   | 4,68%    |
| 62234             | Limpeza, higiene e conforto                 | 131 140,80   | 132 712,80   | 1 572,00   | 1,20%    |
| 62235             | Vigilância e segurança                      | 60 599,48    | 72 156,17    | 11 556,69  | 19,07%   |
| 62236             | Trabalhos especializados                    | 126 636,18   | 109 290,50   | -17 345,68 | -13,70%  |
| 62237             | ALIMENTAÇÃO (REFEITÓRIOS)                   | 37 865,97    | 30 612,51    | -7 253,46  | -19,16%  |
| 62238             | ALIMENTAÇÃO (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)         | 34 479,47    | 31 082,88    | -3 396,59  | -9,85%   |
| 62239             | Seminários, exposições e similares          | 2 348,18     | 822,31       | -1 525,87  | -64,98%  |
| 62240             | ALIMENTAÇÃO - GENEROS PARA CONFECÇÃO        | 40 146,07    | 37 249,91    | -2 896,16  | -7,21%   |
| 62290             | Encargos de cobrança                        | 37 507,24    | 42 142,63    | 4 635,39   | 12,36%   |
| 62296             | Curso de Formacao                           | 480,00       | 374,00       | -106,00    | -22,08%  |
| 62298             | Outros fornecimentos e serviços             | 667 742,67   | 738 882,32   | 71 139,65  | 10,65%   |



## 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à verificação das principais rubricas tendo em atenção a sua variação em relação ao ano anterior e, em função dessa análise, procedemos à verificação e análise dos principais documentos de suporte de modo a obtermos a evidência julgada necessária nas circunstâncias.

## 3. Conclusões

Verificámos que o valor global da rubrica “fornecimentos e serviços externos”, comparando com o período homólogo de 2015, aumentou € 101.003,74, ou seja, 2,37%.

Assim, passamos a identificar as rubricas que registaram maior variação, assim como as que tiveram variação negativa:

- “62104 – Resíduos sólidos”, registou uma diminuição de € 31.601,95 devendo-se, essencialmente, ao decréscimo registado na rubrica “outros” que inclui os custos com o gás nos Edifícios, pelo facto de, em 2015, incluir o gasto correspondente a novembro de 2014;
- “62219 – Rendas e alugueres”, registou um aumento de € 51.909,81, o correspondente a 66,40%, ao aluguer da pista de gelo;
- “62232 – Conservação e reparação”, registou um acréscimo de € 46.674,12 resultante de intervenções efectuadas numa retroescavadora, ar condicionado e substituição de vidros na biblioteca, por exemplo;
- “62298 – Outros fornecimentos e serviços externos”, registou um aumento no valor de € 71.139,65, devendo-se ao facto de incluir alguns gastos que deveriam ser considerados na rubrica “62236- Trabalhos especializados”.

De notar que não existe uma conta integradora para os combustíveis, aparecendo, apenas, as rubricas individualizadas (ex.: gasóleo, gasolina, outros).

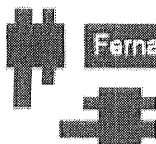
## 63 – Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais

### 1. Conteúdo

| Código das contas | Descrição  | Saldo        |              | Desvio €   | Desvio % |
|-------------------|--|--------------|--------------|------------|----------|
|                   |  | 31-12-2015   | 31-12-2016   |            |          |
| 63                | TRANSFER. E SUBSIDIOS CORRENTES C. PREST.SOCIAIS | 1 206 864,50 | 1 257 635,82 | 50 771,32  | 4,21%    |
| 631               | Transferências correntes concedidas              | 1 206 864,50 | 1 257 635,82 | 50 771,32  | 4,21%    |
| 6311              | Administrações públicas                          | 567 074,49   | 556 491,87   | -10 582,62 | -1,87%   |
| 6312              | Administrações privadas                          | 389 603,93   | 407 227,80   | 17 623,87  | 4,52%    |
| 6313              | Famílias   | 250 186,08   | 293 916,15   | 43 730,07  | 17,48%   |

### 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.



### 3. Conclusões

As transferências correntes, concedidas pelo Município, aumentaram globalmente € 50.771,32. O aumento registado deveu-se sobretudo às transferências efetuadas para as “Famílias”, resultante do aumento dos encargos com o pessoal do Centro de Emprego.

Não existe uma conta integradora para as transferências correntes concedidas (Municípios, Freguesias e Associações de Municípios), aparecendo, apenas, as rubricas individualizadas.

## 64 – Custos com Pessoal

### 1. Conteúdo

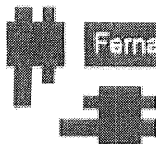
| Código das contas | Descrição   | Saldo               |                     | Desvio €          | Desvio %       |
|-------------------|---|---------------------|---------------------|-------------------|----------------|
|                   |   | 31-12-2015          | 31-12-2016          |                   |                |
| <b>64</b>         | <b>CUSTOS COM O PESSOAL</b>                               | <b>2 661 696,74</b> | <b>2 663 516,14</b> | <b>1 819,40</b>   | <b>0,07%</b>   |
| <b>641</b>        | <b>Remunerações dos órgãos autárquicos</b>                | <b>240 336,75</b>   | <b>250 179,41</b>   | <b>9 842,66</b>   | <b>4,10%</b>   |
| <b>642</b>        | <b>Remunerações do pessoal</b>                            | <b>1 862 227,51</b> | <b>1 840 983,52</b> | <b>-21 243,99</b> | <b>-1,14%</b>  |
| 6421              | Remunerações base do pessoal                              | 1 319 753,05        | 1 302 994,06        | -16 758,99        | -1,27%         |
| 64211             | Pessoal em funções  | 1 283 146,08        | 1 263 110,68        | -20 035,40        | -1,56%         |
| 64212             | Pessoal em qualquer outra situação                        | 36 606,97           | 39 883,38           | 3 276,41          | 8,95%          |
| 6422              | Suplementos de remunerações                               | 527 972,57          | 520 231,55          | -7 741,02         | -1,47%         |
| 6423              | Prestações sociais directas                               | 14 501,89           | 17 757,91           | 3 256,02          | 22,45%         |
| <b>645</b>        | <b>Encargos sobre remunerações</b>                        | <b>449 210,87</b>   | <b>446 421,64</b>   | <b>-2 789,23</b>  | <b>-0,62%</b>  |
| 6452              | Seg.S. pessoal regime cont trabalho funções public        | 449 210,87          | 446 421,64          | -2 789,23         | -0,62%         |
| <b>646</b>        | <b>Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss</b> | <b>18 812,94</b>    | <b>16 841,77</b>    | <b>-1 971,17</b>  | <b>-10,48%</b> |
| <b>648</b>        | <b>Outros custos com pessoal</b>                          | <b>91 108,67</b>    | <b>109 089,80</b>   | <b>17 981,13</b>  | <b>19,74%</b>  |
| 6481              | Despesas de saúde   | 88 453,07           | 104 567,10          | 16 114,03         | 18,22%         |
| 6489              | Outros  | 2 655,60            | 4 522,70            | 1 867,10          | 70,31%         |

### 2. Trabalho Efetuado

Efetuámos os testes de conformidade às rubricas relacionadas com os custos com o pessoal, designadamente a verificação, por amostragem, dos procedimentos de processamento e de registo das operações. Para o efeito a amostra foi constituída por dois meses de processamento de remunerações e procedemos à análise dos diferentes agregados desta rubrica tendo verificado os procedimentos administrativos em relação ao processamento de remunerações, o que nos permitiu formar uma opinião sobre a razoabilidade do saldo relevado pela contabilidade. Verificámos, ainda, a razoabilidade das remunerações suplementares e a especialização das férias e subsídio de férias e de outros custos relacionados com o pessoal.

### 3. Conclusões

Para além de pequenos desvios e algumas pequenas alterações em relação à conformidade dos registos efetuados, não detetámos quaisquer situações dignas de registo, pelo que verificamos o cumprimento da asserção mensuração.



Através da análise efetuada verificámos que, em relação ao período homólogo de 2015, os custos com o pessoal mantiveram-se quase inalterados, registando um aumento de € 1.819,40 (0,07%).

## 65 – Outros Custos e Perdas Operacionais

### 1. Conteúdo

| Código das contas | Descrição                           | Saldo      |            | Desvio €  | Desvio % |
|-------------------|-------------------------------------|------------|------------|-----------|----------|
|                   |                                     | 31-12-2015 | 31-12-2016 |           |          |
| 65                | OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS | 22 437,49  | 62 013,80  | 39 576,31 | 176,38%  |
| 651               | Impostos e taxas                    | 22 417,49  | 62 013,80  | 39 596,31 | 176,63%  |
| 658               | Outros custos e perdas operacionais | 20,00      | 0,00       | -20,00    | -100,00% |

### 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

### 3. Conclusões

A 31 de Dezembro de 2016, esta rubrica registou um acréscimo de € 39.576,31, referente a taxa de captação de água, bem como a regularização de IVA dos autoconsumos de água, que em 2015 não existia.

## 66 – Amortizações do Exercício

### 1. Conteúdo

| Código das contas | Descrição                 | Saldo        |              | Desvio €    | Desvio % |
|-------------------|---------------------------|--------------|--------------|-------------|----------|
|                   |                           | 31-12-2015   | 31-12-2016   |             |          |
| 66                | AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO | 7 066 442,14 | 6 863 233,11 | -203 209,03 | -2,88%   |
| 662               | Imobilizações Corporeas   | 2 564 820,59 | 2 542 919,70 | -21 900,89  | -0,85%   |
| 663               | Imobilizações Incorporeas | 91 313,60    | 128 585,49   | 37 271,89   | 40,82%   |
| 665               | Bens de domínio publico   | 4 410 307,95 | 4 191 727,92 | -218 580,03 | -4,96%   |

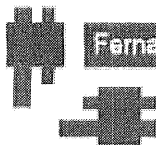
### 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste relativo ao cálculo das amortizações do exercício e à comparação do mapa das amortizações gerado pela aplicação do património com os valores constantes na contabilidade.

### 3. Conclusões

Esta rubrica registou uma diminuição no valor de € 203.209,03 face ao exercício de 2015, justificada, essencialmente, pela amortização indevida do inventário n.º 10690 no exercício anterior.

Dos testes realizados não detetámos qualquer distorção que coloque em causa a asserção mensuração e verificámos o cumprimento da consistência relativamente à política contabilística das amortizações. Dos testes de correlação entre a aplicação POCAL e a aplicação do Património não foram detetadas divergências materiais.

**68 – Custos e Perdas Financeiras**

## 1. Conteúdo

| Código das contas | Descrição                          | Saldo      |            | Desvio €   | Desvio % |
|-------------------|------------------------------------|------------|------------|------------|----------|
|                   |                                    | 31-12-2015 | 31-12-2016 |            |          |
| 68                | CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS        | 19 764,65  | 8 899,94   | -10 864,71 | -54,97%  |
| 681               | Juros suportados                   | 16 700,64  | 5 677,43   | -11 023,21 | -66,00%  |
| 68112             | De médio e longo prazo             | 16 700,64  | 5 677,43   | -11 023,21 | -66,00%  |
| 688               | Outros custos e perdas financeiros | 3 064,01   | 3 222,51   | 158,50     | 5,17%    |
| 6881              | Serviços bancários                 | 1 622,41   | 1 780,91   | 158,50     | 9,77%    |
| 6888              | Outros não especificados           | 1 441,60   | 1 441,60   | 0,00       | 0,00%    |

## 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste que nos permitiu relacionar os juros suportados com os empréstimos bancários obtidos, contrastados com a taxa de juro contratualizada. Verificámos, ainda, a sustentação das principais rubricas através da análise documental.

## 3. Conclusões

Numa análise agregada à rubrica de “custos e perdas financeiras” verificou-se uma diminuição de € 10.864,71, comparativamente a igual período do ano anterior.

Dos testes efetuados verificámos que não é política do Município a especialização dos juros a pagar, pelo que recomendamos a sua especialização em conformidade com o estabelecido no POCAL. Estimámos que o acréscimo de juros a pagar em 2017 referentes a 2016 atingem o valor de, aproximadamente, € 477,80.

**69 – Custos e Perdas Extraordinárias**

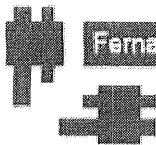
## 1. Conteúdo

| Código das contas | Descrição                                   | Saldo      |            | Desvio €   | Desvio % |
|-------------------|---|------------|------------|------------|----------|
|                   |   | 31-12-2015 | 31-12-2016 |            |          |
| 69                | CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS             | 273 575,11 | 259 773,48 | -13 801,63 | -5,04%   |
| 691               | Transferências de capital concedidas        | 256 369,76 | 216 811,22 | -39 558,54 | -15,43%  |
| 6911              | Administrações Públicas                     | 147 768,69 | 102 793,32 | -44 975,37 | -30,44%  |
| 6912              | Administrações Privadas                     | 39 950,00  | 14 165,06  | -25 784,94 | -64,54%  |
| 6913              | Famílias                                    | 25 571,71  | 2 809,03   | -22 762,68 | -89,02%  |
| 6915              | Empresas                                    | 43 079,36  | 97 043,81  | 53 964,45  | 125,27%  |
| 692               | Dívidas Incobráveis                         | 7 640,02   | 768,23     | -6 871,79  | -89,94%  |
| 693               | Perdas em Existências                       | 1 353,83   | 863,93     | -489,90    | -36,19%  |
| 694               | Perdas em imobilizações                     | 3 948,82   | 2 595,05   | -1 353,77  | -34,28%  |
| 695               | Multas e penalidades                        | 240,00     | 1 903,59   | 1 663,59   | 693,16%  |
| 697               | Correções relativas a exercícios anteriores | 290,42     | 204,78     | -85,64     | -29,49%  |
| 698               | Outros custos e perdas extraordinários      | 3 732,26   | 36 586,22  | 32 853,96  | 880,27%  |

## 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.





### 3. Conclusões

Através da análise efectuada, verificámos que, em relação ao período homólogo, os “custos e perdas extraordinárias” diminuíram, em termos globais, 5,04%, ou seja, € 13.801,63. As rubricas mais representativas na expressão dos custos extraordinários foram:

- “6911 – Administrações públicas” registou uma diminuição de € 44.975,37, resultante de uma transferência efectuada, em 2015, para a Santa Casa da Misericórdia;
- “6915 – Empresas”, registou um acréscimo de € 53.964,45, em consequência de apoios atribuídos a empresas no âmbito da criação de emprego; e
- “698 – Outros custos e perdas extraordinárias”, registou um aumento de € 32.853,96, originado, essencialmente, pelo pagamento do IVA à Autoridade Tributária relacionado com os autoconsumos de água do exercício de 2015, os quais deveriam ser registados na rubrica “697 – Correções relativas a exercícios anteriores”.

Chamamos atenção para o facto de o reforço da provisão referente às dívidas de água ter sido efectuada pela conta “692 – Dívidas incobráveis” em vez da conta “671 – Provisões do exercício para cobranças duvidosas”.

## 7 – Proveitos e Ganhos

### 71 – Vendas e Prestação de Serviços

#### 1. Conteúdo

| Código das contas | Descrição  | Saldo                |                      | Desvio €          | Desvio %       |
|-------------------|--|----------------------|----------------------|-------------------|----------------|
|                   |  | 31-12-2015           | 31-12-2016           |                   |                |
| <b>71</b>         | <b>VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b>            | <b>-1 002 746,73</b> | <b>-1 020 391,69</b> | <b>-17 644,96</b> | <b>1,76%</b>   |
| <b>711</b>        | <b>Vendas</b>                                    | <b>-278 448,63</b>   | <b>-262 789,22</b>   | <b>15 659,41</b>  | <b>-5,62%</b>  |
| 7111              | Mercadorias                                      | -1 530,22            | -1 333,40            | 196,82            | -12,86%        |
| 7112              | Produtos acabados e intermédios                  | -276 918,41          | -261 455,82          | 15 462,59         | -5,58%         |
| <b>712</b>        | <b>Prestações de serviços</b>                    | <b>-690 898,10</b>   | <b>-757 102,47</b>   | <b>-66 204,37</b> | <b>9,58%</b>   |
| 7121              | SANEAMENTO:                                      | -198 907,41          | -221 295,45          | -22 388,04        | 11,26%         |
| 7122              | AGUA:  | -3 080,72            | -3 629,37            | -548,65           | 17,81%         |
| 7123              | Transportes colectivos de pessoas e mercadorias  | -2 782,12            | -2 328,32            | 453,80            | -16,31%        |
| 7124              | TRABALHOS POR CONTA DE PARTICULARES              | -7 096,89            | -5 823,71            | 1 273,18          | -17,94%        |
| 7125              | Cemitérios                                       | -3 768,05            | -3 795,43            | -27,38            | 0,73%          |
| 7127              | Instalações desportivas, culturais e recreativas | -52 877,86           | -61 652,12           | -8 774,26         | 16,59%         |
| 7129              | OUTROS   | -422 385,05          | -458 578,07          | -36 193,02        | 8,57%          |
| <b>713</b>        | <b>Outros</b>                                    | <b>-33 400,00</b>    | <b>-500,00</b>       | <b>32 900,00</b>  | <b>-98,50%</b> |
| 7131              | Rendas e Alugueres                               | -33 400,00           | -500,00              | 32 900,00         | -98,50%        |

#### 2. Trabalho efetuado

Procedemos à realização do teste de conformidade às vendas e prestação de serviços e à análise substantiva do conteúdo e extensão dessas contas e dos saldos relevados. Para tanto efetuámos também o teste ao corte de operações. Verificámos, de entre outros, as variações ocorridas nos principais elementos destas rubricas através da análise documental. Com relação ao teste ao corte de operações verificámos o cumprimento da especialização dos exercícios.

### 3. Conclusões

Através da análise efetuada verificámos que, em relação ao período homólogo de 2015, as vendas e prestação de serviços registaram um aumento no valor de € 17.644,96, ou seja, 1,76%.

## 72 – Impostos e Taxas

### 1. Conteúdo

| Código das contas | Descrição                 | Saldo         |               | Desvio €    | Desvio % |
|-------------------|---------------------------|---------------|---------------|-------------|----------|
|                   |                           | 31-12-2015    | 31-12-2016    |             |          |
| 72                | IMPOSTOS E TAXAS          | -1 034 673,17 | -1 222 966,62 | -188 293,45 | 18,20%   |
| 721               | Impostos directos         | -944 252,99   | -1 099 132,83 | -154 879,84 | 16,40%   |
| 722               | Impostos indirectos       | -44 569,95    | -57 506,35    | -12 936,40  | 29,02%   |
| 724               | Taxas                     | -51 204,03    | -62 894,51    | -11 690,48  | 22,83%   |
| 725               | Reembolsos e restituições | 3 636,80      | 1 535,94      | -2 100,86   | -57,77%  |
| 726               | Anulações                 | 1 717,00      | -4 968,87     | -6 685,87   | -389,39% |

### 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste de conformidade a algumas taxas cobradas e à verificação das variações ocorridas nas principais rubricas através da análise documental e tendo em conta procedimentos alternativos utilizados. Verificámos o cumprimento da especialização dos proveitos referentes a esta rubrica.

### 3. Conclusões

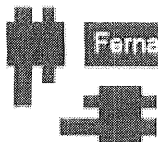
Esta rubrica registou um aumento no valor de € 188.293,45 (18,20%) face ao período homólogo. As maiores variações ocorreram na rubrica “impostos diretos” resultante do aumento na arrecadação da receita relacionada com o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT).

Não tem sido política do Município a especialização dos impostos a receber da Autoridade Tributária. Todavia, verificámos impostos de 2015 registados em 2016 no valor de € 19.698,28 e impostos de 2016 registados em 2017 no valor de € 40.952,32. Apesar do efeito não ser materialmente relevante deverá ser alterada a política contabilística de registo dos impostos municipais em conformidade com a normalização contabilística aplicável.

## 74 – Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

### 1. Conteúdo

| Código das contas | Descrição                          | Saldo         |               | Desvio €    | Desvio % |
|-------------------|------------------------------------|---------------|---------------|-------------|----------|
|                   |                                    | 31-12-2015    | 31-12-2016    |             |          |
| 74                | TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS | -9 189 708,54 | -9 354 257,73 | -164 549,19 | 1,79%    |
| 7421              | Administrações públicas            | -8 934 343,59 | -9 077 075,28 | -142 731,69 | 1,60%    |
| 74211             | Orçamento do Estado                | -8 837 842,90 | -8 937 758,08 | -99 915,18  | 1,13%    |
| 742111            | Transferências correntes           | -7 988 122,84 | -8 072 697,08 | -84 574,24  | 1,06%    |
| 742112            | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL          | -849 720,06   | -865 061,00   | -15 340,94  | 1,81%    |
| 74212             | Fundos e serviços autónomos        | -96 500,69    | -139 317,20   | -42 816,51  | 44,37%   |
| 7424              | Exterior                           | -5 420,13     | 0,00          | 5 420,13    | -100,00% |
| 7425              | Empresas                           | -249 944,82   | -277 182,45   | -27 237,63  | 10,90%   |



## 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à análise dos subsídios contabilizados nesta rubrica e efetuámos a comparação dos valores constantes da comunicação oficial enviada pela DGAL, com a discriminação da participação do Município nos impostos do Estado – 2016 (FEF, FSM, IRS) com o que estava registado na contabilidade.

## 3. Conclusões

Da análise a que procedemos da comparação dos subsídios contabilizados com o mapa XIX do Orçamento de Estado para 2016 não verificámos qualquer diferença no valor registado pelo Município.

## 75 – Trabalhos para a Própria Entidade

### 1. Conteúdo

Nada consta nas contas do Município acerca desta rubrica.

### 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à elaboração e análise do controlo interno, nomeadamente no que respeita às obras realizadas por administração direta.

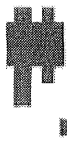
### 3. Conclusões

Salientamos o facto de o Município ter realizado trabalhos através de meios próprios, ou seja, por administração direta e não ter utilizado esta rubrica para mencionar os meios próprios e adquiridos destinados à construção das obras geradoras de bens do ativo imobilizado, o que acabou por se traduzir numa subavaliação do resultado e numa omissão dos ativos em igual valor. Não nos foi possível determinar tais diferenças pela impossibilidade de quantificação dos ativos construídos pelo Município através dos seus próprios meios e por o Município não dispor de um sistema de contabilidade analítica que nos permitisse aferir as omissões relacionadas com esses ativos e proveitos. Não obstante, o ponto 2.8.2 do POCAL obriga à implementação da contabilidade analítica.

## 78 – Proveitos e Ganhos Financeiros

### 1. Conteúdo

| Código das contas | Descrição                               | Saldo       |             | Desvio €    | Desvio % |
|-------------------|---|-------------|-------------|-------------|----------|
|                   |   | 31-12-2015  | 31-12-2016  |             |          |
| 78                | PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS          | -522 458,39 | -789 331,61 | -266 873,22 | 51,08%   |
| 781               | Juros obtidos                           | -1 631,95   | -36,00      | 1 595,95    | -97,79%  |
| 783               | Rendimentos de imóveis                  | -520 826,44 | -782 477,43 | -261 650,99 | 50,24%   |
| 7831              | Terrenos e recursos naturais            | -2 500,00   | -2 749,40   | -249,40     | 9,98%    |
| 7832              | Edifícios e outras construções          | -518 326,44 | -779 728,03 | -261 401,59 | 50,43%   |
| 784               | Rendimentos de participações de capital | 0,00        | -6 818,18   | -6 818,18   |          |



## 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de proveitos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

## 3. Conclusões

Comparativamente ao período homólogo esta rubrica apresenta uma variação positiva de € 266.873,22.

A rubrica que mais contribuiu para este aumento foi a “7832 – Edifícios e outras construções”, registando um aumento de € 261.401,59, resultante do facto do Município ter registado, em 2016, a renda de concessão da EDP referente ao 4.º trimestre de 2015 e 4.º trimestre de 2016.

Não tem sido prática do Município a especialização das rendas. Relativamente à comparticipação referente à produção de energia eólica do 2.º semestre e a renda da gestão de produção de energia referente aos centros electroprodutores do ano de 2016 serão registadas/recebidas apenas em 2017.

## 79 – Proveitos e Ganhos Extraordinários

### 1. Conteúdo

| Código das contas | Descrição                                    | Saldo                |                      | Desvio €           | Desvio %      |
|-------------------|--|----------------------|----------------------|--------------------|---------------|
|                   |  | 31-12-2015           | 31-12-2016           |                    |               |
| <b>79</b>         | <b>PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS</b>    | <b>-1 641 848,09</b> | <b>-2 387 398,56</b> | <b>-745 550,47</b> | <b>45,41%</b> |
| 794               | Ganhos em imobilizações                      | -14 221,14           | -5 199,02            | 9 022,12           | -63,44%       |
| 795               | Benefícios de penalidades contratuais        | -12 721,10           | -12 347,69           | 373,41             | -2,94%        |
| 796               | Reduções de amortizações e provisões         | -702,17              | -773 396,31          | -772 694,14        | 110043,74%    |
| 797               | Correcções relativas a exercícios anteriores | -26 725,88           | -23 924,59           | 2 801,29           | -10,48%       |
| 798               | Outros proveitos de ganhos extraordinários   | -1 587 477,80        | -1 572 530,95        | 14 946,85          | -0,94%        |
| 7983              | Transferências de capital                    | -1 571 468,76        | -1 571 985,68        | -516,92            | 0,03%         |
| 7988              | OUTROS                                       | -16 009,04           | -545,27              | 15 463,77          | -96,59%       |

### 2. Trabalho Efetuado

Procedemos ao teste da variação de proveitos e à evolução dos saldos, através da verificação das principais rubricas.

### 3. Conclusões

Os proveitos e ganhos extraordinários registaram um aumento, em termos globais, de € 745.550,47, o correspondente a 45,41%. As variações mais significativas e que mais contribuíram para este aumento, ocorreram na rubrica “796 – Reduções de amortizações e provisões” com um acréscimo de € 772.694,14, motivada pela amortização indevida do inventário n.º 10169 em 2014, pelo que somos da opinião que deveria ser regularizada por “resultados transitados”.



### 3.4. Acontecimentos Subsequentes

Não detetámos a ocorrência de acontecimentos após a data do encerramento das contas e até à data da emissão do presente relatório que, pelo seu possível efeito material, possam ter consequências na informação financeira futura.

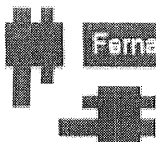
### 3.5. Cumprimento das metas orçamentais

Os quadros que a seguir se apresentam evidenciam o conteúdo dos agregados da despesa e da receita:

| DESPESA                          |                      |                      |                      |                |
|----------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------|
| *<br>Corrente                    | Valores              |                      |                      |                |
|                                  | Orçado               | Pago                 | Variação             | %              |
| 01-Despesa com pessoal           | 2 852 771,00         | 2 648 408,45         | -204 362,55          | -7,16%         |
| 02-Aquisição de bens e serviços  | 5 559 797,00         | 4 872 172,05         | -687 624,95          | -12,37%        |
| 03-Juros e outros encargos       | 11 220,00            | 7 199,03             | -4 020,97            | -35,84%        |
| 04-Transferencias correntes      | 1 345 995,00         | 1 257 635,82         | -88 359,18           | -6,56%         |
| 05--Subsídios                    | 200,00               | 0                    | -200,00              | -100,00%       |
| 06-Outras despesas correntes     | 91 100,00            | 75 121,65            | -15 978,35           | -17,54%        |
|                                  | <b>9 861 083,00</b>  | <b>8 860 537,00</b>  | <b>-1 000 546,00</b> | <b>-10,15%</b> |
| <b>Capital</b>                   |                      |                      |                      |                |
| 07-Aquisições de bens de capital | 4 692 427,00         | 2 480 927,06         | -2 211 499,94        | -47,13%        |
| 08-Transferencias e capital      | 462 673,00           | 216 811,22           | -245 861,78          | -53,14%        |
| 09-Activos financeiros           | 99 531,00            | 99 531,00            | 0,00                 |                |
| 10-Amortização empréstimos       | 705 247,00           | 704 669,69           | -577,31              | -0,08%         |
| 11- Outras despesas de capital   | 2 000,00             | 0,00                 | -2 000,00            | -100,00%       |
|                                  | <b>5 961 878,00</b>  | <b>3 501 938,97</b>  | <b>-2 459 939,03</b> | <b>-41,26%</b> |
| <b>Totais de Despesas</b>        | <b>15 822 961,00</b> | <b>12 362 475,97</b> | <b>-3 460 485,03</b> | <b>-21,87%</b> |

Como se pode apurar da análise do quadro supra as despesas correntes face ao orçamentado apresentam um desvio favorável de € 1.000.546,00, sendo na rubrica “02 – Aquisição de bens e serviços” onde se registou a maior variação, com um desvio de € 687.624,95.

Relativamente às despesas de capital verifica-se uma diminuição face ao orçamentado de € 2.459.939,03, tendo tido a rubrica “07 – Aquisições de bens de capital” uma variação, para menos, de € 2.211.499,94, sendo esta rubrica a que mais peso apresenta na diminuição global das despesas de capital.



| RECEITA                           |                      |                      |                      |                |
|-----------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------|
| Corrente                          | Valores              |                      |                      |                |
|                                   | Orçado               | Cobrado              | variação             | %              |
| 01- Impostos directos             | 915 110,00           | 1 099 132,83         | 184 022,83           | 20,11%         |
| 02- Impostos indirectos           | 55 445,00            | 56 195,75            | 750,75               | 1,35%          |
| 04- Taxas multa e penalidades     | 143 420,00           | 164 040,73           | 20 620,73            | 14,38%         |
| 05- Rendimentos propriedade       | 558 114,00           | 722 175,64           | 164 061,64           | 29,40%         |
| 06- Transferencias correntes      | 8 806 805,00         | 8 511 461,96         | -295 343,04          | -3,35%         |
| 07- Vendas de bens e serviços     | 970 730,00           | 1 036 452,95         | 65 722,95            | 6,77%          |
| 08- Outras receitas correntes     | 97 584,00            | 63 628,93            | -33 955,07           | -34,80%        |
|                                   | <b>11 547 208,00</b> | <b>11 653 088,79</b> | <b>105 880,79</b>    | <b>0,92%</b>   |
| <b>Capital</b>                    |                      |                      |                      |                |
| 09- Venda de bens de investimento | 108 000,00           | 4 849,40             | -103 150,60          | -95,51%        |
| 10- Transferencias de capital     | 2 484 150,25         | 1 594 752,78         | -889 397,47          | -35,80%        |
| 11 - Activos Financeiros          | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |                |
| 12- Passivos financeiros          | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |                |
| 13- Outras Receitas de Capital    | 200,00               | 0,00                 | -200,00              | -100,00%       |
| Receitas de capital               | <b>2 592 350,25</b>  | <b>1 599 602,18</b>  | <b>-992 748,07</b>   | <b>-38,30%</b> |
| 15- Outras receitas               | 5 121,73             | 2 990,48             | -2 131,25            |                |
|                                   | <b>5 189 822,23</b>  | <b>3 202 194,84</b>  | <b>-1 987 627,39</b> | <b>-38,30%</b> |
| 16- saldo gerencia anterior       | 1 678 281,02         | 1 678 281,02         |                      |                |
|                                   | <b>18 415 311,25</b> | <b>16 533 564,65</b> | <b>-1 881 746,60</b> | <b>-10,22%</b> |

No que concerne às receitas correntes verifica-se um acréscimo, face ao orçamentado, de € 105.880,79 conforme se alcança através do quadro acima. As rubricas que mais contribuíram para o aumento das receitas correntes foram “01 – Impostos directos” (184.022,83) e “05 – Rendimentos de propriedade” (€ 164.061,64). Inversamente, a rubrica “06 – Transferências Correntes” registou um decréscimo no valor de € 295.343,03.

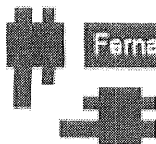
Ao nível das receitas de capital verifica-se um decréscimo face ao orçamentado de € 992.748,07, tendo a rubrica “10 – Transferência de capital” registado uma diminuição de € 889.397,47.

### 3.6. Análise à Execução Orçamental

À data de 31 de dezembro de 2016, a execução orçamental correspondia, genericamente, aos seguintes valores:

| Rubricas                             | Valores Absolutos |               | Prev/Exec |
|--------------------------------------|-------------------|---------------|-----------|
|                                      | Previsão          | Execução      | %         |
| 1 - Saldo Inicial                    | 1 678 281,02      | 1 678 281,02  | 100,00%   |
| 2 - Rep. não abatidas nos pagamentos | 0,00              | 0,00          |           |
| 3 - Receita Corrente                 | 11 547 208,00     | 11 653 088,79 | 100,92%   |
| 4 - Despesa Corrente                 | 9 861 083,00      | 8 860 537,00  | 89,85%    |
| 5 - Receita de Capital               | 2 597 471,98      | 1 602 592,66  | 61,70%    |
| 6 - Despesa de Capital               | 5 961 878,00      | 3 501 938,97  | 58,74%    |
| 7 - Receita Total (1+2+3+5)          | 15 822 961,00     | 14 933 962,47 | 94,38%    |
| 8 - Depesa Total (4+6)               | 15 822 961,00     | 12 362 475,97 | 78,13%    |

Do quadro anterior verifica-se que a execução orçamental não põe em causa o princípio do equilíbrio orçamental, uma vez que a receita corrente efetivamente cobrada foi superior à despesa corrente do mesmo período.



Em relação ao controlo orçamental da receita verifica-se que a execução das receitas de capital ficou aquém do orçamentado, com uma execução de, apenas, 61,70%.

Relativamente ao controlo orçamental da despesa verifica-se um desvio negativo de 21,87%, pelo facto de ter sido baixa a execução da despesa de capital, situando-se nos 58,74%.

Em síntese, verificámos que a execução orçamental global relativa ao exercício ficou, aproximadamente, em 86,26% da estimativa efetuada o que nos leva a concluir que o nível de execução orçamental ficou abaixo das estimativas da despesa e da receita constantes no orçamento de 2016.

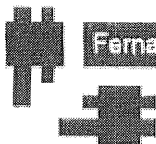
### 3.7. Fundos Disponíveis

Da análise efectuada aos mapas de fundos disponíveis enviados para a DGAL através da plataforma do Portal Autárquico – SIIAL, verificámos a concordância com os valores extraídos dos mapas do POCAL, assim como, no mês de dezembro, o Município apresentava fundos disponíveis iniciais no montante de € 480.274,25, o que demonstra o cumprimento do previsto no n.º 1 do art.º 5 da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro, como se pode observar no quadro abaixo:

| Mês       | Dados Extraídos do SIIAL | Dados Extraídos do POCAL | Diferença SIIAL vs POCAL |
|-----------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Janeiro   | 3 669 869,91             | 3 669 869,91             | -                        |
| Fevereiro | 891 582,50               | 891 582,50               | -                        |
| Março     | 2 048 445,88             | 2 048 445,88             | -                        |
| Abril     | 2 189 656,96             | 2 189 656,96             | -                        |
| Maior     | 5 404 485,14             | 5 404 485,14             | -                        |
| Junho     | 2 325 894,97             | 2 325 894,97             | -                        |
| Julho     | 3 636 215,90             | 3 636 215,90             | -                        |
| Agosto    | 1 668 830,53             | 1 668 830,53             | -                        |
| Setembro  | 986 685,40               | 986 685,40               | -                        |
| Outubro   | 783 883,33               | 783 883,33               | -                        |
| Novembro  | 190 404,96               | 190 404,96               | -                        |
| Dezembro  | 480 274,25               | 480 274,25               | -                        |

### 3.8. E-fatura vs POCAL

| Dados Efatura |              |              | Declaração Periódica de IVA |              |            |             | Desvio |             |            |
|---------------|--------------|--------------|-----------------------------|--------------|------------|-------------|--------|-------------|------------|
| Período       | Valor do IVA | Valor Total  | Período                     | Valor do IVA | Base       | Valor Total | IVA    | Valor Total |            |
| Janeiro       | 2 679,16     | 93 332,85    | 1.º Trimestre               | 8 491,63     | 122 823,32 | 131 314,95  | -      | 17,92       |            |
| Fevereiro     | 3 125,87     | 97 024,33    |                             |              |            |             |        |             |            |
| Março         | 2 668,68     | 99 804,53    |                             |              |            |             |        |             |            |
| Abril         | 826,60       | 40 825,12    | 2.º Trimestre               | 5 879,23     | 80 614,06  | 86 493,29   | 3,77   | 135 182,25  |            |
| Maior         | 2 347,83     | 87 045,31    |                             |              |            |             |        |             |            |
| Junho         | 2 708,57     | 93 805,11    |                             |              |            |             |        |             |            |
| Julho         | 3 338,26     | 106 421,90   | 3.º Trimestre               | 10 368,23    | 150 619,87 | 160 988,10  | -      | 71,43       |            |
| Agosto        | 3 734,33     | 109 903,98   |                             |              |            |             |        |             |            |
| Setembro      | 3 224,21     | 100 254,92   |                             |              |            |             |        |             |            |
| Outubro       | 2 425,43     | 85 943,46    | 4.º Trimestre               | 21 198,27    | 331 523,51 | 352 721,78  | -      | 10 322,84   |            |
| Novembro      | 5 412,89     | 179 481,47   |                             |              |            |             |        |             |            |
| Dezembro      | 3 037,11     | 114 882,54   |                             |              |            |             |        |             |            |
|               | 35 528,94    | 1 208 725,52 |                             | 45 937,36    | 685 580,76 | 731 518,12  | -      | 10 408,42   | 477 207,40 |



Dos testes de correlação entre as declarações periódicas de IVA e a informação reportada via E-fatura para Autoridade Tributária verificámos as diferenças mencionadas no quadro acima. Não obstante, em termos de IVA liquidado as diferenças serem de reduzido valor, sendo explicada pelas notas de crédito/débito e faturas com iva autoliquidação que não nos foi possível aferir no mapa do e-fatura, já em relação aos montantes faturados as diferenças são de elevado valor. Note-se que as declarações de IVA deverão ser preenchidas com toda a informação referente a todos os atos tributários (sujeitos, isentas ou não tributadas).

### 3.9. Análise económico-financeira

#### 3.9.1. Análise Económica

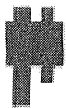
No quadro seguinte é possível verificar a variação dos custos e dos proveitos no período de 2015/2016:

| Rubrica                            | Descrição   | 31-12-2015            | 31-12-2016            | Desvio €             | Desvio %       |
|------------------------------------|---|-----------------------|-----------------------|----------------------|----------------|
| 71                                 | VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS                    | -1 002 746,73         | -1 020 391,69         | -17 644,96           | 1,76%          |
| 72                                 | IMPOSTOS E TAXAS                                  | -1 034 673,17         | -1 222 966,62         | -188 293,45          | 18,20%         |
| 74                                 | TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS                | -9 189 708,54         | -9 354 257,73         | -164 549,19          | 1,79%          |
| 78                                 | PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS                    | -522 458,39           | -789 331,61           | -266 873,22          | 51,08%         |
| 79                                 | PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS                | -1 641 848,09         | -2 387 398,56         | -745 550,47          | 45,41%         |
| <b>Total dos Proveitos</b>         |   | <b>-13 391 434,92</b> | <b>-14 774 346,21</b> | <b>-1 382 911,29</b> | <b>10,33%</b>  |
| 61                                 | CUSTOS DAS MERC. VENDIDAS E DAS MATER. CONSUMIDAS | 518 096,80            | 435 948,51            | -82 148,29           | -15,86%        |
| 62                                 | FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS                 | 4 259 985,01          | 4 360 988,75          | 101 003,74           | 2,37%          |
| 63                                 | TRANSFER. E SUBSÍDIOS CORRENTES C. PREST.SOCIAIS  | 1 206 864,50          | 1 257 635,82          | 50 771,32            | 4,21%          |
| 64                                 | CUSTOS COM O PESSOAL                              | 2 661 696,74          | 2 663 516,14          | 1 819,40             | 0,07%          |
| 65                                 | OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS               | 22 437,49             | 62 013,80             | 39 576,31            | 176,38%        |
| 66                                 | AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO                         | 7 066 442,14          | 6 863 233,11          | -203 209,03          | -2,88%         |
| 68                                 | CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS                       | 19 764,65             | 8 899,94              | -10 864,71           | -54,97%        |
| 69                                 | CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS                   | 273 575,11            | 259 773,48            | -13 801,63           | -5,04%         |
| <b>Total dos Custos</b>            |   | <b>16 028 862,44</b>  | <b>15 912 009,55</b>  | <b>-116 852,89</b>   | <b>-0,73%</b>  |
| <b>Total dos Proveito - Custos</b> |   | <b>-2 637 427,52</b>  | <b>-1 137 663,34</b>  | <b>1 499 764,18</b>  | <b>-56,86%</b> |

Da análise ao quadro anterior ressaltam os seguintes aspectos:

- Em relação ao exercício de 2015, o Município registou um aumento de 1.382.911,29 no total dos proveitos. Sendo nas rubricas “Proveitos e Ganhos Financeiros” e “Proveitos e ganhos extraordinários” onde se registaram as maiores variações com aumentos de, respetivamente, € 266.873,22 e € 745.550,47;
- Relativamente aos custos verifica-se um decréscimo global de 116.852,89 (0,73%) face ao período homólogo de 2015, ou seja, apesar do resultado líquido do exercício continuar negativo, verifica-se uma evolução favorável da conta de exploração, originando uma melhoria do resultado em € 1.499.764,18;





- A rubrica que apresentou maior variação no conjunto dos custos e que mais contribuí para esta evolução foi a de “Amortizações do exercício” com um decréscimo de € 203.209,03. Inversamente, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” registou um acréscimo no valor de € 101.003,74;
- Apesar de o resultado ser negativo em € -1.137.663,34, o Município apresenta um Cash-Flow (Meios Libertos) de € 5.725.569,77, resultante das amortizações do Imobilizado serem de € 6.863.233,11.
- É, ainda, de relevar que o facto de o Município não reconhecer os trabalhos para a própria entidade (realização de obras por administração directa) como proveitos, na parte de incorporação dos outros factores que não sejam materiais, se traduz numa subvalorização dos resultados.

### Conclusões

No decorrer do trabalho efetuado não detetámos qualquer situação que ponha em causa o cumprimento da legalidade, quer em relação às leis aplicáveis, quer em relação ao orçamento e plano aprovados pela Assembleia Municipal.

Em nossa opinião o relatório e contas apresentado pelo Município de Mogadouro, tendo em atenção a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual do Auditor Externo, apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Município e o resultado das suas operações.

Aproveitamos, ainda, a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os serviços da Câmara Municipal e designadamente do pessoal da Divisão Administrativa e Financeira.

Bragança, 12 de abril de 2017

Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues, ROC n.º 1047  
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, Lda